

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS POETA TORQUATO NETO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

SILVIA RÉGIA MARTINS DE AZEVEDO

**MEMÓRIA E IDENTIDADE EM *THE HANDMAID'S TALE* DE MARGARET
ATWOOD**

TERESINA – PI

2015

SILVIA RÉGIA MARTINS DE AZEVEDO

**MEMÓRIA E IDENTIDADE EM *THE HANDMAID'S TALE* DE MARGARET
ATWOOD**

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Letras da Universidade Estadual do Piauí, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Literatura, Memória e Cultura. Linha de Pesquisa: Literatura, Memória e Relações de Gênero, sob orientação da Profa. Dra. Maria do Socorro Baptista Barbosa

TERESINA

2015

A994m Azevedo, Silvia Régia Martins de.

Memória e identidade em *the handmaid's tale* de Margaret Atwood /

Silvia Régia Martins de Azevedo. - 2015. 100f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado Acadêmico em Letras, da Universidade Estadual do Piauí, 2015.

"Orientadora: Prof. Dra. Maria do Socorro Baptista Barbosa."

1. Margaret Atwood. 2. Feminismo. 3. Identidade. I. Título.

CDD: 469



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ-UESPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

TERMO DE APROVAÇÃO

MEMÓRIA E IDENTIDADE COMO FORMA DE LIBERTAÇÃO EM *THE HANDMAID'S TALE*, DE MARGARET ATWOOD
SÍLVIA REGIA MARTINS DE AZEVEDO

Esta dissertação foi defendida às 9h, do dia 31 de agosto de 2015, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Letras** pela Universidade Estadual do Piauí. A candidata apresentou o trabalho para a Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho ...A.PROVADO..... (aprovado, não aprovado).

Maria do Socorro Baptista Barbosa
Professora Dra. Maria do Socorro Baptista Barbosa
Orientadora

Sebastião Alves Teixeira Lopes
Professor Dr. Sebastião Alves Teixeira Lopes
1º examinador – UFPI

Algemira de Macêdo Mendes
Professora Dra. Algemira de Macêdo Mendes
2ª examinadora - UESPI

Visto da Coordenação:

Diógenes Buenas Aires de Carvalho

Prof. Dr. Diógenes Buenas Aires de Carvalho
Vice-coordenador do Mestrado Acadêmico em
Letras

Rua João Cabral, Nº 2231 - Pirajá – CEP: 64.002-150 Teresina -PI
Telefone (86) 3213-2547 / 3213 – 7942

Dedico essa dissertação a Deus em primeiro lugar por ter me dado a benção e a força de ser capaz de desenvolver tal trabalho e às feministas e escritoras por terem aberto as portas para mim e para outras mulheres.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus por sempre me abençoar com oportunidades preciosas como a de fazer um mestrado e conhecer um mundo o qual me encantou e me inspirou a buscar mais conhecimento e realizações futuras.

A minha família, em especial a minha mãe que sempre foi minha inspiração e referência maior de mulher, mãe e cidadã consciente de seu espaço social. O meu maior exemplo de feminismo e identidade.

A meus irmãos Suely, Solange, Edgar e minha cunhada Danielle pelo incentivo, atos e palavras de apoio no decorrer desses dois anos tão difíceis, mas tão gratificantes para mim.

Ao meu querido Justin, por sua paciência e companheirismo nessa fase tão árdua e cheia de emoções.

A meus professores, em especial, à minha orientadora Profa. Dra. Maria do Socorro Baptista Barbosa, pelas palavras de conforto e pelos ensinamentos dos quais jamais esquecerei e lhe serei eternamente grata.

À Profa. Dra. Algemira de Macedo Mendes por ter acreditado na minha capacidade de desenvolver tal trabalho e por ser sempre solícita nas horas de necessidades.

À Profa. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rego e Reis Cosme por sua contribuição e apoio na minha qualificação.

À coordenação do Mestrado Acadêmico em Letras da UESPI, na pessoa do Prof. Dr. Feliciano, e da querida Rosenir, pelo apoio sem o qual não conseguiríamos realizar nossas atividades.

Aos meus companheiros de mestrado pelo prazer de suas companhias, pelo suporte quase que imediato nas horas de angústias e pela amizade sincera que guardaremos para o resto da vida.

Ao meu grupo de oração “Mulheres Abençoadas”, por ter entendido a minha ausência por vezes e a minha ansiedade, agradeço em especial pelas orações e mensagens ao longo desse ano de convivência tão boa e harmoniosa.

A todos os meus amigos e colegas que conviveram comigo nessa etapa e me apoiaram nas horas mais difíceis, em especial minha amiga Moema Medeiros que é e sempre será um exemplo de amizade e companheirismo para mim.

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo analisar o texto ficcional, em primeira pessoa, de Margaret Atwood, chamado, em Inglês, “The Handmaid’s Tale” e, em Português, “A História da Aia”, que retrata a experiência de uma mulher (narradora) vivendo em uma sociedade com um contexto distópico e que a explora fisicamente, sexualmente, psicologicamente sua vida, transformando-a em um pesadelo, a qual ela consegue se “libertar” por algumas vezes através de fé, memórias, esperança, muita disciplina e autocontrole. A obra foi publicada primeiramente em 1985, no Canadá, mesmo país de origem da escritora. Ganhou o Governor General’s Award do mesmo ano e o Prêmio Arthur C. Clarke, de 1987. Discorre sobre muitos temas relevantes para a conjuntura atual e futura no tocante à relação de gêneros, identidade e memória. Para tal análise, utilizou-se estudos teóricos relacionados à memória, à identidade e ao feminismo, que ajudaram a entender como e por que as mulheres escrevem sobre a relação entre os gêneros e por que essa relação ainda apresenta, na pós-modernidade, resquícios do patriarcalismo. Os teóricos do Feminismo foram Beauvoir (2009), Rocha (2009), Bourdieu (2010), Alves e Pitanguy (1985), Woolf (2014), Zolin (2003), Nye (1995), Showalter (1994), Branco (1991), Perrot (2012), Butler (2003), Mill (2006), dentre outros; em relação à *Memória e Identidade*, foram utilizados os estudos de Le Goff (2003), Netrovski e Seligmann-Silva (2000), Levi (1988), Pollak (1992), Hall (2014), Heinich (1998), dentre outros. O estudo através desses autores aplicados à obra de Atwood, leva-nos a possíveis conclusões sobre como a literatura é uma fonte de expressão rica e acessível para todos e como a mesma inspira vidas reais e ficcionais, influenciando até o pensamento sobre a vida no futuro.

Palavras-chave: Margaret Atwood. Feminismo. Identidade. Memória.

ABSTRACT

This work has the objective of analyzing the first-person fictional work by Margaret Atwood "The Handmaid's Tale" which portrays the experience of a woman (the narrator) living in a dystopian society that exploits her physically, sexually, psychologically and transforms her life into a nightmare, where she is able to free herself through faith, memories, hope, much discipline and self-control. The work was first published in 1985 in her home country of Canada and won the Governor General's Award in the same year, and winning the Arthur C. Clarke Award in 1987. The discourse covers many relevant themes for the current and future conjuncture regarding gender, identity and Memory. For such an analysis, we utilized theoretical studies related to memory, identity and feminism, which will help with the understanding how and why women write on relationship between the genders and why this relationship still present remnants of patriarchy in post-modernism. The theories of feminism will be from Simone de Beauvoir (2009), Patrícia Rocha (2009), Pierre Bourdieu (2010), Branca Alves and Jacqueline Pitanguy (1985), Virginia Woolf (2014), Lúcia Osana Zolin (2003), Andrea Nye (1995), Elaine Showalter (1994), Lúcia Castello Branco (1991), Michele Perrot (2012), Judith Butler (2003), Stuart Mill (2006) among others. In regards to Memory and Identity, we will utilize the studies of Le Goff (2003), Arthur Nestroycki and Márcio Seligmann (2000), Primo Levi (1988), Michael Pollak (1992), Stuart Hall (2014) Nathalie Heinrich (1998) among others. The study by these authors applied to the work of Atwood, leads us to possible conclusions about how literature is a rich and accessible source of expression for everyone and how it inspires real and fictional lives, influencing even the thought about life in the future.

KEY WORDS: Margaret Atwood. Feminism. Identity. Memory

“And so I step up, into the darkness within; or else the light.”
(Margaret Atwood)

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
2 A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DAS MULHERES NO OCIDENTE	17
2.1 A história da mulher no Ocidente: das origens à contemporaneidade	17
2.2 A mulher e a Literatura.....	38
3 MARGARET ATWOOD E A ESCRITA DA MEMÓRIA	58
3.1 A escrita distópica de Margaret Atwood.....	58
3.2 Memórias individual e coletiva em <i>A História da aia</i>	70
4 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EM A HISTÓRIA DA AIA.....	84
4.1 A identidade de gênero nas sociedades patriarcais e na pós-modernidade	84
4. 2 A verdadeira identidade da aia Defred.....	88
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS.....	98

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As reflexões promovidas pelas teorias científicas, como a do Big Bang¹, ao falarem do surgimento da humanidade, tratam do aparecimento de “um homem” e nunca de uma mulher. Muitas vezes, o homem, por ter mais força física, destacou-se como sendo “o sexo forte” e a mulher o “sexo frágil”. Na vida em sociedade, observa-se muito a disputa de poder entre os gêneros sexuais masculino e feminino, sendo a mulher detentora de menor poder, na maioria dessas organizações, e sofrendo opressão e violência até em algumas delas. Isto acabou atrasando seu desenvolvimento intelectual, político e profissional.

A condição secundária da mulher data desde os primórdios da evolução do ser humano, mais precisamente desde o período Paleolítico da pré-história. Pelo fato da mulher não possuir tanto poder físico como o homem e, especialmente, por estar quase sempre grávida, ela foi designada a ficar na administração do lar e da família, levando a desenvolver o modo de produção, no qual o homem buscava o sustento para a casa, representando assim a força de trabalho; e a mulher era responsável pelo lar cuidando do ambiente doméstico e da criação dos filhos.

Esse modelo social também pode ser uma consequência do que se acredita sobre a criação divina do mundo e dos seres humanos, no qual a mulher fora criada após o homem, assim passou a ser considerada um ser inferior e submisso a ele, como relatado no antigo testamento da bíblia cristã. Atribui-se a tal fato, o surgimento de sociedades Patriarcais.

Para se impor a esse Patriarcalismo, a mulher (gênero feminino) fez surgir no cenário da segunda metade do século XIX, o Movimento Feminista, fruto de uma reação social, filosófica e política, que, em um primeiro momento, reivindicava questões relativas ao direito à propriedade, inclusive a propriedade de seu próprio corpo, sem a dependência da figura masculina, expandindo-se para a participação política e o direito ao voto.

¹ FRANCISCO, Wagner De Cerqueira e. "Big Bang - A Teoria do Big Bang"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/big-bang.htm>>. Acesso em 30 de setembro de 2015. A teoria do Big Bang foi anunciada em 1948 pelo cientista russo naturalizado estadunidense, George Gamow (1904-1968) e o padre e astrônomo belga Georges Lemaître (1894-1966). Segundo eles, o universo teria surgido após uma grande explosão cósmica, entre 10 e 20 bilhões de anos atrás. O termo explosão refere-se a uma grande liberação de energia, criando o espaço-tempo.

No século XX, surgem algumas bandeiras em relação à liberdade sexual e a ideia de igualdade total aos homens, culturalmente, historicamente e socialmente. A mulher, por sua vez, ficou ausente dos registros históricos e manuais escolares, sendo silenciada da memória social e representada equivocadamente em livros escritos por homens que possuíam uma visão unilateral e estereotipada de seu sexo.

Nessa época, mais precisamente em meados do século supracitado, Virginia Woolf surge denotando uma consciência especial quanto à situação da mulher. Ela atribui a pouca produção literária feminina às suas condições materiais e ao precário acesso à educação, restringindo a liberdade intelectual das mulheres de sua época. Discute-se, em seus escritos, uma percepção que influenciou e ainda influencia mulheres no mundo inteiro, em especial as que buscam cada vez mais o respeito e o reconhecimento de seus trabalhos através de elogios intelectuais, mas principalmente através da remuneração que todo trabalho merece e que todo ser humano precisa para se sustentar. Woolf (2014) explica que para escrever e para viver bem e feliz, a mulher precisa de independência financeira e de um espaço próprio para morar e uma instituição de educação que lhe auxilie a desenvolver seu intelecto, ajudando-a a pensar sobre seus direitos e reivindicá-los.

Através dos estudos de produções literária de algumas mulheres nessa época, surge o termo “Crítica Feminista”, que ganhou mais força com os estudos de uma série de teóricos (as) feministas, especialmente na França e Estados Unidos; e tem mostrado, desde a segunda metade do século XX, discussões sobre o espaço dado a mulher na sociedade e as consequências ou reflexos vindos disso para o âmbito literário, sendo as duas correntes influenciadas pela psicanálise de Freud.

A corrente feminista francesa buscou descobrir uma identidade feminina comparada à masculina ou ao outro, salientando a repressão, diferenciando-se um pouco do feminismo inglês que destacava a opressão e, completamente, do feminismo americano que salientava a expressão.

Surgem nessa fase nomes como o da francesa Simone de Beauvoir, que faz um aparato completo sobre a condição do sujeito feminino, tanto no campo biológico, como social e político-econômico com textos como *O Segundo Sexo*,

Volumes I e II. Ainda na França, Luce Irigaray, Júlia Kristeva e Hélène Cixous investigam uma identidade literária feminina e influenciam as americanas Kate Millet e Elaine Showalter, que acabam por perceber que a maioria dos escritos conhecidos eram androcêntricos e lançam uma nova corrente, a escrita Ginocêntrica.

Esse termo, usado para a análise de obras femininas, foi apresentado por Elaine Showalter e batizado de Ginocrítica, dedicando-se às mulheres como escritoras através do estudo de obras de sua autoria e observando uma diferença substancial e interessante entre a escrita feminina e a masculina, conseguindo-se, por fim, perceber como os gêneros se observam e se identificam, e quais as questões que norteiam as suas diferenças.

As sociedades se desenvolveram em todos os aspectos, mas ainda hoje a representante do gênero feminino é vista como a “auxiliar” do homem que veio para lhe servir. O patriarcalismo e a supremacia masculina tornaram-se realidades presentes no inconsciente dos indivíduos. E, por muitos anos, a mulher não enfrentou o homem no intuito de adquirir poder, uma realidade antiga, mas que ainda influencia as sociedades reais e as fictícias.

A visão de mulher submissa, fruto da sociedade patriarcal e criada para servir ao homem e, subsequentemente, à sociedade que integra, inspirou Margaret Atwood a escrever o romance *A História da Aia*, que conta a vida de uma jovem presa em uma sociedade onde ela só está viva, bem alimentada e “respeitada” porque ainda é fértil e pode trazer ao mundo crianças, algo que, no contexto dessa sociedade distópica, ou seja, não desejada, é algo muito raro de acontecer, pois a taxa de natalidade baixou a índices jamais imagináveis.

A sociedade em questão chama-se Gilead e é governada por um Estado Totalitário, um sistema no qual o governo da nação inteira concentra-se sob o controle de uma única pessoa, facção ou classe social. A facção ou classe social é a dos Comandantes que não reconhecem limites à sua autoridade e se esforçam para regulamentar todos os aspectos da vida pública e privada. Uma característica desse modelo é o autoritarismo muito presente nessa sociedade, pois os cidadãos comuns não têm participação significativa na tomada de decisões do Estado.

Estes regimes totalitários mantem o poder público através de uma propaganda política abrangente divulgada em meios de comunicação controlados pelo Estado-nação, regulando, restringindo a liberdade de expressão e divulgando maciçamente o terrorismo para impor a vigilância comportamental da população. Em Gilead, as mulheres são os membros da sociedade mais vigiados e controlados.

Tal vigilância e controle são muito bem relatados pela protagonista de *A História da Aia*, chamada de aia ou Defred (que quer dizer De Fred, ou seja, é de posse do comandante Fred). Vive em uma sociedade onde as mulheres são divididas em castas e categorias bem definidas: aias, esposas, martas, tias, antimulheres, economesposas etc. Suas identidades foram-lhes negadas e proibidas de serem mencionadas, para que seus nomes sejam esquecidos.

Stuart Hall (2014) expressa, em *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, a perda do sentido de si, causando um deslocamento ou descentralização do sujeito, levando ele a ter uma crise de identidade. Assim como faz DeFred que não quer esquecer seu nome original, causando-lhe uma crise identitária que lhe faz muito mal.

As memórias dessas mulheres são gradativamente apagadas ao longo dos anos e de suas vivências nessa sociedade em que elas não têm poder, lidam somente com mulheres e raramente com homens, a não ser em uma condição de submissão. O que era de comum aos dois gêneros agora é proibido. Às aias da República de Gilead são proibidos cosméticos, espelhos, revistas, produtos de consumo feminino em geral. De tais coisas, essas mulheres só possuem lembranças, recordações, memória de uma vida melhor que ficou no passado.

As mulheres, como Defred, pertencem ao governo da República futurista de Gilead, que se localiza exatamente onde hoje é os Estados Unidos da América mais precisamente na cidade de Boston, no estado de Massachusetts. As aias são mulheres férteis cuja principal função nessa sociedade é procriar. Elas oram para que seus comandantes consigam lhes engravidar. A ideia de procriação através de outra mulher presente nesse livro veio da Bíblia, mais precisamente do livro de Gênesis, que narra a história de Jacó e Raquel.

Jacó trabalhou para Labão, seu tio, por quatorze anos até conseguir casa-se com Raquel, sua prima. Após os primeiros sete anos de servidão a seu tio, um dia foi embriagado por ele e o fez confundir Lia com Raquel, colocando-a em sua tenda a noite, Jacó acabou tomando-a sexualmente, e foi obrigado a casar-se com ela depois, pois como era a mais velha, teria que se casar antes de Raquel. Após o casamento com as duas irmãs. Lia conseguiu lhe dar muitos filhos, já Raquel não. “Quando Raquel viu que não dava filhos a Jacó, teve inveja de sua irmã. Por isso disse a Jacó: ‘Dê-me filhos ou morrerei’” (GÊNESIS, 2003, p. 31). Após tal pedido Jacó se irrita e lhe diz que não estava na posição de Deus para que pudesse lhe fazer tal vontade. “Então ela respondeu: ‘Aqui está Bila, minha serva. Deite-se com ela, para que tenha filhos em meu lugar e por meio dela eu também possa formar família’. (...). Ele deitou-se com ela, Bila engravidou e deu-lhe um filho” (GÊNESIS, 2003, p. 31).

Defred é uma serva assim como Bila, seu comandante é como Jacó e sua esposa Serena Joy como Raquel. A aia sabe de seu papel social e familiar, não esquece sua função – a de ser fértil – e esforça-se para conseguir engravidar e deixar a família e a sociedade que lhe acolhe satisfeitas, apesar de se desesperar em algumas ocasiões. Por não conseguir fazer nada, nem fugir, nem ser feliz com sua situação. Ela se pega sonhando acordada ou dormindo com sua vida de outrora e que lhe fora tirada à força. Seu marido, não sabe por onde anda; sua filha, não lhe sai da cabeça. A dor lhe consome: a dor da dúvida, da falta de notícias sobre quem amou e por quem era amada.

A mulher pós-moderna reflete sobre suas condições, é grata pelo que as feministas conseguiram conquistar em anos de luta. Mas sente que seu fardo é pesado, pois ser mulher, esposa, mãe e ainda conquistar o mundo, faz de sua vida um retrato de seu dia-a-dia, uma jornada dupla, incessante e cansativa. Conquistou muitos direitos, mas ainda vive submetida ao machismo e ao patriarcado. Modernizou-se, diz que “não deve a ninguém”, mas de vez em quando se depara com resquícios do poder simbólico masculino.

Sobre o futuro, ninguém sabe. Ele não pertence a ninguém. Isto instiga alguns autores a escrever sobre, prevendo-o. Margaret Atwood fez algo parecido ao

elaborar o texto a ser analisada nesse trabalho. Causando medo ou não, “A História da Aia” contribui e muito para as reflexões femininas atuais, tanto no âmbito de sua escrita quanto no social.

A proposta desse trabalho é colher informações através de estudo bibliográfico de obras sobre mulheres e feitas por mulheres, no caso o Livro “A História da Aia”, relacionando-o com estudos sobre memória e identidade, aplicado nesse texto de ficção distópica sobre um futuro não almejado para o sujeito feminino, e no qual a autora indaga de forma satírica, tanto a posição da mulher na atualidade como no futuro desconhecido, instigando o leitor a refletir sobre questões de gênero, identidade e memória de abrangência individual e coletiva.

Para tanto utilizamos os aportes teóricos do *Feminismo* e da *Escrita Feminina e Feminista* com os trabalhos de Beauvoir (2009), Bourdieu (2010), Alves e Pitanguy (1985), Woolf (2014), Zolin (2003), Nye (1995), Showalter (1994), Branco (1991), Perrot (2012), Butler (2003), Mill (2006), dentre outros; em relação à *Memória e Identidade*, trabalhamos com Le Goff (2003), Netrovski e Seligmann-Silva (2000), Levi (1988), Pollak (1992), Hall (2014), Heinich (1998), dentre outros. Sendo a interação dessas áreas do conhecimento aquilo que vai nortear os rumos desta pesquisa sobre a escrita feminina, sua história, características e consequências.

Esta dissertação contém três capítulos, além das Considerações Iniciais, Finais e Referências. O primeiro capítulo discorre sobre como surgiu uma História das mulheres, desde a pré-história até os tempos atuais, passando por seus protestos, reivindicações e finalizando com suas conquistas até o presente momento, tanto no campo social quanto intelectual. No segundo momento, ainda do primeiro capítulo, é apresentado observações sobre a Escrita Feminina, como o termo surgiu e como são as críticas que se desenvolveram a partir dessa modalidade intelectual. Julga-se relevante tal capítulo, pois a obra analisada nessa dissertação é de autoria feminina e utiliza-se de conceitos que precisam ser explicados com o histórico da vida feminil.

O segundo capítulo fala sobre a autora Margaret Atwood e sobre sua escrita distópica em *The Handmaid's Tale*, bem como a análise da Memória Individual como forma de “libertação” do ser humano oprimido e que influencia na questão do não

esquecimento da Identidade. O terceiro capítulo trata da Identidade Feminina e da questão identitária vivida pelas personagens femininas chamadas de aias, com atenção especial à protagonista e narradora da história.

Objetiva-se com esse trabalho, apresentar e analisar a trajetória da mulher, sua história na sociedade real e na fictícia, a real influenciando a fictícia e essa, por conseguinte podendo influenciar outras futuramente. Almeja-se também a aquisição da conscientização feminina e feminista, não somente de mulheres, mas de toda a sociedade para que o futuro seja de harmonia e igualdade entre os gêneros. Por tal motivo o livro de Margaret Atwood foi escolhido. Pois apresenta não somente aspectos influenciados como também influenciáveis, ao falar de futuro e do papel da mulher na sociedade, que no caso do livro, apresenta-se distorcido do ideal almejado pelo ser mulher, e serve de guia para esse ser ter uma ideia de como deve agir atualmente para evitar um futuro sem perspectiva e retrógrado como é o da obra em relação ao gênero feminino.

Utilizou-se o método bibliográfico dedutivo, muito pertinente para o estudo sobre literatura. Uma pesquisa desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, revistas e sites de internet.

2 A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DAS MULHERES NO OCIDENTE

Para se ter ideia do mundo que envolve as mulheres, é relevante que se faça um aparato sobre a história das mulheres que foi e ainda é alvo de muitas curiosidades, despertadas pelo fato de não ter sido escrita por muitos anos e o motivo de tal afirmação pode ser explicado pela própria história da relação de gêneros. As mulheres, desde a pré-história, mais precisamente no final desse período, sofreram opressão por parte dos homens. Após o Paleolítico, período chamado de História, que se define como o início da escrita, pouco se sabe sobre as mulheres, isto se deve ao fato delas não terem conseguido registrar escritos próprios.

A sua vivência fora escrita por homens baseados em seus próprios pensamentos sobre elas: “A fêmea é fêmea em virtude de certa *carência* de qualidades’ diz Aristóteles” (BEAUVOIR, 2009, p. 16). Tais pensamentos, considerados Misóginos, levaram os homens a se comportarem como seres superiores a elas. Portanto desprovidas de voz e vez na vida privada e pública. Como mostra o relato a seguir sobre a história da mulher no Ocidente.

2.1 A história da mulher no Ocidente: das origens à contemporaneidade

A relação de poder entre homens e mulheres surgiu na pré-história e permanece até os dias de hoje. Para entender melhor o que acontece, é válido buscar na trajetória das relações masculinas e femininas as respostas para os porquês.

Primeiramente, a explicação para a superioridade masculina surgiu a partir de um pensamento que mistura o meio biológico e o social, onde há uma hierarquia que favorece o masculino. “Segundo esta hierarquia de gênero, o homem era considerado um ser superior e um modelo, enquanto que a mulher era evocada como ser dependente, subalterno, definido em função do homem” (NASH, 2005, p. 34).

Ao estudar a Idade Antiga e seus filósofos, observa-se que esses pensadores não tiveram interesse nem a iniciativa de escrever sobre as mulheres de maneira

positiva, expressaram-se de maneira depreciativa e discriminatória. Como elas não eram valorizadas socialmente, o mesmo ocorreu historicamente. Como observa-se:

A história contada por homens ainda nos é apresentada sem uma versão de totalidade. Em verdade, não temos uma ideia completa dos homens. E, em relação às mulheres de quem se falou, infinitamente menos? Trata-se de uma visualidade turva, sem contorno e fora de uma visão profunda. Apesar de toda a pesquisa atual sobre a história da humanidade, a história das mulheres não será mais que sombras imprecisas, sem profundidade. Ora, a escrita é masculina e tudo oficial é masculino. O mundo visível é igualmente masculino e o resto encontra-se escondido. A presença feminina, quando inevitável, destacou-se apenas simbolicamente. (ROCHA, 2009, p. 12).

As pesquisas históricas sobre a relação de gêneros nem sempre apresentaram o homem como o mais poderoso. Alguns historiadores, como Patrícia Rocha (2009), afirmam que no começo da vida humana na Terra, mais precisamente no período definido como Pré-História, machos e fêmeas viviam em harmonia, quando a mulher, por ter a capacidade de procriar, era respeitada e vista como algo sagrado, tendo até sido cultuada como a Deusa da fertilidade e do amor.

A ideia de casal era desconhecida. Cada mulher pertencia a todos os homens e cada homem pertencia a todas as mulheres. As crianças consideravam a todos como pais e mães. A divisão dos subgrupos da comunidade era feita por meio da origem materna. O pouco que se conhecia como família era de descendência materna; a paternidade era totalmente ignorada. (ROCHA, 2009, p. 42)

Percebe-se que nesse período o sistema social era Matriarcal, o poder sendo exercido pelas mulheres e Matrilinear². “Havia divisão de trabalho entre os sexos, mas não havia desigualdades” (MURARO, 2011, p. 5), o homem era responsável pelo sustento da família e a mulher pela administração da casa e a criação dos filhos. Viviam da caça e da coleta. A harmonia vinha do respeito que todos tinham pela fêmea. “O mistério da procriação protegia a liderança feminina e preservava o sistema matriarcal” (ROCHA, 2009, p. 43). Com a descoberta do fogo, surgiu a capacidade de cozinhar, iluminar cavernas, afastar animais ferozes e depois fundir

² Segundo Levi Strauss, em *Antropologia Estrutural Dois, A Gesta de Asdiwal* (1976): Filiação matrilinear é quando a ascendência de um grupo social ou uma família é contada em linha materna, ou seja, somente a filiação maternal é considerada.

metais. A mulher, como ficava em casa observando a natureza, percebeu como os vegetais e frutos brotavam da terra, e acabou desenvolvendo a agricultura. Após essa descoberta, o homem passou de nômade a sedentário, pois a agricultura requer tempo na terra desde a semeadura até a colheita e também de mão de obra numerosa e forte. Muito disso foi retratado nas artes rupestres encontradas muitos anos depois.

Na arte neolítica, prevalece a admiração e o respeito pela beleza da vida e seus mistérios. Podemos constatar, ainda, a influência do sistema matriarcal observando as descobertas arqueológicas referentes ao Período Neolítico. A ausência de imagens de dominação ou de guerra na arte neolítica sugere uma organização social em que indivíduos de ambos os sexos viviam em parceria igualitária e em harmonia com a natureza. (ROCHA, 2009, p. 44-45)

A imagem que a sociedade pré-histórica cultuava era de uma deusa dando a luz, que representava a fertilidade, o doar, a provisão. Com seios protuberantes, abdômen dilatado e quadris largos. Assim, eles as esculpam e a endeusavam, representando o poder da concepção que elas tinham. “A atividade econômica estava diretamente ligada ao culto da deusa-mãe. Eles acreditavam que a fecundidade da mulher-deusa influenciava diretamente na fertilidade dos campos para a agricultura” (ROCHA, 2009, p. 44-45).

Apesar de a mulher representar papéis importantíssimos na Pré-história, conforme exposto, não há registros de que havia subjugação, subserviência, opressão ou violência proveniente dela em relação ao homem. Os seres humanos viviam em total harmonia entre si e com a natureza nesse período. “É no decorrer do Neolítico que, em algum momento, o homem começa a dominar a sua função biológica reprodutora, e, podendo controlá-la, pode também controlar a sexualidade feminina” (MURARO, 2011, p. 7). Ele o faz ao domesticar os animais, observando como eles se reproduziam e percebendo que a participação masculina e o sexo na procriação eram imprescindíveis. Após essa descoberta, tornou-se autoritário, opressor e arrogante, diferenciando-se muito do parceiro igualitário que antes fora. Surgindo assim o Sistema Patriarcal³

³ De acordo com o Dicionário da Crítica Feminista, organizado por Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral (2005, p. 145): “Patriarcado é o termo que descreve um sistema de organização social,

O patriarcado determinou que mulheres fossem inferiores e, portanto, deveriam ser submissas aos homens, e estes, superiores, dominadores (...). Nesse sistema patriarcal, as mulheres nasciam com o destino traçado, as jovens eram educadas para corresponder aos respectivos papéis de esposas zelosas, boas donas-de-casa e mães dedicadas em tempo integral (...). Os desejos e os sonhos femininos eram ignorados, as mulheres não eram ouvidas, ou melhor, nem sequer se manifestavam, pois eram educadas para o silêncio, a resignação e a obediência. (ROCHA, 2009, p. 18)

Esse comportamento feminino é a causa principal da história sobre as mulheres não ter sido registrada por elas, pois como eram muito censuradas, seus pensamentos não eram tidos como relevantes, como os dos homens. Na Idade Antiga, os filósofos gregos como Sócrates, Platão e Aristóteles “descreviam a mulher como ser apático e totalmente inferior ao homem em todos os aspectos” (ROCHA, 2009, p. 68). Apesar de terem estudado profundamente os seres humanos, esses importantes pensadores se concentraram apenas no masculino, ignorando injustamente o sexo feminino. “Platão, em a *República*, concebeu uma cidade onde as mulheres deveriam ser educadas como homens, pois, para o grande [sic!] filósofo, façam as mulheres o que quiserem, e podem tentar fazer tudo, fá-lo-ão menos bem” (ROCHA, 2009, p. 69).

Com a influencia de tal pensamento, observou-se que “na Grécia a mulher ocupava posição equivalente à do escravo no sentido de que tão-somente estes executavam trabalhos manuais, extremamente desvalorizados pelo homem livre” (ALVES & PITANGUY, 1985, p. 11). Na cidade de Atenas, as pessoas, para serem consideradas livres, teriam que ser homens, nascidos na cidade de Atenas, ou seja, serem atenienses e não podiam claro, ser escravos.

Então todos os trabalhos que eram executados por escravos eram dados às mulheres. “Estando assim limitado o horizonte da mulher, era ela excluída do mundo do pensamento, do conhecimento, tão valorizado pela civilização grega” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 12). Mesmo não tendo direito nem acesso à educação, há

formado a partir de células familiares estruturadas de tal forma que as tarefas, as funções e as noções de identidade de cada um dos sexos estão definidas de uma forma distinta e oposta, sendo estabelecido que as posições de poder, privilégio e autoridade pertencem aos elementos masculinos quer ao nível familiar, que ao nível mais lato da sociedade no seu todo”.

registros de uma escola de formação intelectual da mulher, fundada por Safo, que fora uma poeta nascida em Lesbos em 625 a.C.

De acordo com Alves e Pitanguy (1985), no ano 195 d.C., algumas mulheres surgiram reivindicando direitos que eram dados somente aos homens na civilização romana. Elas protestaram junto ao Senado contra o privilégio dado a eles de andarem nos transportes públicos, algo negado completamente a elas. O senador Marco Pórcio Catão não somente não lhes deu ouvidos, como também alertou seus companheiros do sexo masculino para o perigo de dar direitos a elas e da necessidade e do trabalho que dava acalmá-las. Passando uma impressão negativa em relação ao ato de gritar e se revoltar com o qual até hoje as mulheres são julgadas e estereotipadas. O direito na civilização romana desse período servia como instrumento de perpetuação da diferença de poderes entre os gêneros.

Os gregos com seu ato de refletir para chegar à compreensão da realidade humana, algo admirado e seguido até os dias de hoje, apresenta uma falha: a incapacidade de valorizar o sexo feminino. “Deste modo, o discurso de gênero e os arquétipos de feminilidade e de masculinidade, que se evocavam, sustentavam-se numa tripla legitimação natural, religiosa e científica de difícil questionamento” (NASH, 2005, p. 38). Naturalmente porque eram consideradas fracas fisicamente; religiosamente, pois em quase todas as doutrinas religiosas o homem apresenta mais poder que a mulher, possuindo até uma conotação inferior ao homem e cientificamente porque era considerada inapta aos estudos.

Observa-se que os Gregos se tornaram um povo patriarcalista. Sistema estabelecido não somente pelo pensamento lógico e racional, mas também pela religião. “A religião greco-romana era politeísta e antropomórfica. [...]. Ao dominarem grande parte do mundo conhecido, os romanos tiveram contato com diversas religiões e as respeitaram” (ROCHA, 2009, p. 69). Uma das religiões mais bem aceita e respeitada nesse período foi o Cristianismo. E o Cristianismo, bem como a maioria das religiões, propaga um comportamento restrito e controlável por parte da mulher e imposto pelo sexo oposto baseando-se na submissão feminina ilustrada nas histórias bíblicas.

A Bíblia é o livro-guia e sagrado da religião cristã. Religião que é derivada do judaísmo, portanto seguidoras dos mesmos preceitos, sendo que a religião judaica segue somente a primeira parte chamada de Antigo Testamento e a Cristã baseia-se nessa primeira parte e na segunda chamada de Novo Testamento, no qual começam e terminam os relatos sobre a vida terrena de Jesus Cristo, que é descrito como o Messias, o filho de Deus, o salvador enviado para resgatar a humanidade.

O Gênesis é o primeiro livro da Bíblia e está no Antigo Testamento. Fala sobre a criação do mundo e dos seres vivos. O primeiro homem surgiu com o nome de Adão e, de uma de suas costelas, Deus fez surgir a mulher:

Javé Deus disse: “Não é bom que o homem esteja sozinho. Vou fazer para ele uma auxiliar que lhe seja semelhante” [...] Depois, da costela que tinha tirado do homem, Javé Deus modelou uma mulher, e apresentou-a para o homem. Então o homem exclamou: “Esta sim é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, porque foi tirada do homem” (GÊNESIS, 2003, p.18-22).

A mulher foi discriminada, diminuída e subestimada por causa da interpretação misógina de Eva, tida como perigosa, sedutora e facilmente influenciável. Caracterizada como secundária na ordem da criação humana, sua relevância se resumiu ao segundo plano, sempre após o homem e para auxiliá-lo. Teria que ser “acorrentada” e restringida se possuísse poder, esse não poderia lhe pertencer. Seu destino fora traçado.

A mulher teria que ser submissa aos “seus homens” eternamente: primeiro ao pai, depois ao marido e aos filhos. E por se sentirem culpadas pelo pecado original, “as mulheres assumiram, resignadas, seus papéis sociais diminutos. Dessa forma, sofrendo toda a opressão institucional da época, elas desapareceram de praticamente todos os registros históricos” (ROCHA, 2009, p. 72).

No período denominado de Idade Média, “com a queda do Império Romano, a Europa fragmentou-se em feudos, e a igreja era a única referência comum, o que tornava seus poderes cada vez mais amplos” (ROCHA, 2009, p. 81). Quem se opunha a ela era severamente punido, surgindo assim um período de terror e medo que mais tarde resultaria na Inquisição.

Os primeiros mosteiros aparecem e se tornaram os centros intelectuais mais importantes até o século XII, quando as primeiras universidades são fundadas. “Durante todo o período da Idade Média, o pensamento misógino dominou os escritos clericais” (ROCHA, 2009, p.82).

A literatura desse período fez prevalecer a imagem de mulher frágil e indolente através dos romances de cavalaria. Com estórias de amor cortês e inatingível entre um jovem e sua amada, em que ele deveria com muita coragem e bravura lutar pela posse dela, que sempre tinha papel secundário, servindo-se de troféu para o seu resgatador:

A única paixão admissível para as mulheres é o amor, mas, mesmo nesse caso, a verdadeira felicidade é impossível. Ela é adorada quando jovem e bela, simplesmente para ser desdenhada quando perder sua beleza. O amor para os homens é tão somente um episódio em suas vidas, ao passo que para as mulheres é tudo; de modo que para a mulher, após uns poucos anos de idílio, a vida acabou. (NYE, 1995, p. 20)

Ao ser “amada”, a mulher deve estar contente por conseguir ter um homem. Afirmação fruto da soberania masculina que incutiu na mente feminina a ideia de que se ela não for amada ou pelo menos casada será infeliz e inútil para a sociedade em que vive. A religião católica determinou que a monogamia fosse o padrão das relações amorosas e que essa deveria ser celebrada e selada pelo casamento cristão.

O Cristianismo, que se tornara religião oficial dos romanos no século IV, deu à Igreja Católica muito poder de persuasão e imposição através do Clero. “Do terceiro ao décimo séculos, alonga-se um período em que o Cristianismo se sedimenta entre as tribos bárbaras da Europa” (MURARO, 2011, p. 12-13). Nessa época, as mulheres começaram a ocupar o lugar dos homens no domínio público, pois esses se ausentavam para ir às guerras, mas, ao voltarem, elas eram colocadas de volta ao domínio privado, pois os lugares dos homens eram reassumidos.

Algumas mulheres conseguiram ter acesso às artes, às ciências e à literatura. Nesse período, chamado de alta Idade Média, a sua condição floresce e algumas começam a mostrar mais independência, tal evolução poderia ter sido o início da luta feminista, mas foi freada. “E é logo depois dessa época, no período que vai do

fim do século XIV até meados do século XVIII que aconteceu o fenômeno generalizado em toda a Europa: a repressão sistemática do feminino” (MURARO, 2011, p. 12-13). São quatro séculos de caça às mulheres:

A chamada “caça às bruxas”, verdadeiro genocídio perpetrado contra o sexo feminino na Europa e nas Américas – tão pouco estudado e denunciado -, e que se iniciou na Idade Média, exacerbando-se no século XVI, início do Renascimento, é parte da herança de silêncio que recobre a história da mulher. As milhares de mulheres assassinadas e torturadas (para cada dez bruxas contava-se um bruxo) pouco despertaram a curiosidade dos historiadores (...). (ALVES & PITANGUY, 1985, p. 20-21).

Os tribunais eclesiásticos não perseguiram somente as mulheres-bruxas, também os Hebreus, que foram classificados como hereges, foram duramente atingidos. E tal perseguição fora registrada na história e a que se abateu contra as mulheres, não.

As mulheres que se impuseram contra a conjuntura da religiosidade católica eram levadas à condenação da fogueira como hereges e sem direito a defesa. As “bruxas” eram na verdade, as feministas da era medieval.

Os julgamentos da Inquisição se instauraram no século XIV em um período de muitas mudanças políticas e econômicas, caracterizado pelo fim do modo de produção feudal, no qual a mulher se destacava com participação ativa, devido as Cruzadas que ocorreram entre os séculos XI e XIII, quando homens em guerra se ausentavam por longos períodos e entregavam nas mãos das esposas, que muitas vezes se tornavam viúvas, o poder de gerenciar os bens e a possibilidade de prover o sustento da família.

Elas assumiram negócios familiares, chegando a entender de legislação para se defender em juízo e contabilidade nas transações comerciais. Sem sombra de dúvidas, pode-se afirmar que foi nos períodos de guerras, durante os quais a mulher teve que assumir o lugar dos homens, que ela começou a perceber o quanto era capaz e que não se diferenciava em nada em relação a eles. E os sentimentos de submissão e inferioridade implantados em seus subconscientes foram pouco a pouco caindo por terra, surgindo assim uma nova mulher articulada e pronta para enfrentar o mundo fora de seu ambiente caseiro.

Adquirindo, nesse período, o acesso às corporações de ofícios, a mulher tivera a “possibilidade de receber instrução profissional, direito que ela viria a perder nos séculos posteriores e que seria uma de suas bandeiras de luta” (ALVES & PITANGUY, 1985, p. 17) bem como a igualdade de salários até hoje presente nos protestos feministas e que vem desde essa época.

No século XIV, em Frankfurt, Alemanha, quinze mulheres se formaram em medicina e, em Bolonha, outras fizeram tanto a Universidade de Medicina como a de Direito. Ainda nesse período, Christine de Pisano tornou-se poetisa oficial da corte na França e escreveu em defesa dos direitos das mulheres, principalmente no campo da educação. Destacou-se mais ainda porque conseguia sustentar a si e a sua família com seu trabalho ao se tornar viúva. Escreveu *A Cidade das Mulheres*, no qual “afirma serem homens e mulheres iguais por sua própria natureza” (ALVES & PITANGUY, 1985, p. 19).

A igreja, através da manipulação e sede por poder na era medieval, utilizou-se das escrituras sagradas do Cristianismo para exercer em cima dos cidadãos, influências muito fortes, como já mencionado anteriormente.

Podia fazer com que reis e nobres entregassem suas posses mais valiosas para enriquecer a Igreja. Podia fazer com que milhares de pessoas, no apogeu da vida, com a melhor das vantagens terrenas, se recolhessem em conventos para trabalhar sua salvação, por meio da pobreza, jejum e oração (MILL, 2006, p. 24).

Ainda de acordo com Mill (2006), a igreja católica podia controlar a política, a educação e a economia, mas não conseguia fazer com que os homens parassem de lutar entre si e impor seu poder escravizando outros homens, apesar da teoria do Cristianismo ser o sentimento prático de igualdade entre os seres humanos. A necessidade de manter essa sede de impor seu poder levou o homem, com a ajuda da Igreja Católica, a “escravizar” a mulher. Ao se casar, ela poderia ter poder, mas seu poder era restrito à sua casa e supervisionado por seu cônjuge, fato vivido até hoje em algumas sociedades ocidentais e em muitas no Oriente Médio.

Como já observado na era Renascentista, a posição da mulher retrocede no que diz respeito à sua política, pois ela se destacava nas comunidades. Com o absolutismo, ela acaba perdendo esse destaque e se afastando do âmbito público,

perdendo alguns direitos civis como o de administrar seus próprios bens, receber bens através de heranças e representar-se na justiça. As profissões ocupadas por elas são tomadas por homens que propagavam uma ideologia de discriminação e desvalorização da mulher que trabalha.

Seus salários são depreciados, mas ela não se afasta das atividades remuneradas. É nessa época que é estabelecida as funções atribuídas separadamente aos homens e às mulheres no qual o primeiro será muito melhor remunerado e suas funções muito mais favoráveis. A eles foi ofertada a qualificação através da Educação Superior amparada por universidades, ambientes não frequentados pelas mulheres por muito tempo e que gerava ascensão social muito valorizada desde então até os dias atuais.

A desvalorização feminina e a injustiça que esse gênero sofria socialmente, intelectualmente e, principalmente, economicamente foi observada e analisada pelo britânico John Stuart Mill, já citado anteriormente, ele descreveu em sua obra “A Sujeição das Mulheres”, publicada em 1869, vários argumentos em defesa da figura feminina dentro e fora do casamento na Inglaterra, sendo a defesa maior apresentada por ele a de direitos negados a elas, como o direito de receber heranças, ao invés dessa ir para seus maridos como era o caso. Nestes estudos, ele afirma ainda que a mulher vivia “a subordinação legal de um sexo a outro” (MILL, 2006, p.9). Ela sendo a subordinada e o esposo o subordinador, pois nessa época “(...) a opinião geral dos homens é que a vocação natural de uma mulher é a de esposa e mãe” (ibid, p. 46) e os homens se sentiam à vontade para impor poder às suas esposas subjugadas e levadas ao conformismo.

Tal comportamento era estabelecido legalmente através da lei e da regra social vigente. Mill (2006, p.30) afirmava ser “a regra do poder dos homens sobre as mulheres” que “diferem de todas as outras porque não é uma regra de força: é aceita voluntariamente; as mulheres não se queixam e consentem em fazer parte dessa regra”. Esse favorecimento dos homens que subordinava as mulheres e as transformavam em seres dependentes e medrosos em relação ao seu sexo oposto, parecia como

a continuação do estado primitivo de escravidão, através de sucessivas mitigações e modificações provocadas pelas mesmas causas que atenuaram os costumes em geral e colocaram todas as relações humanas sob o controle da justiça e da influência da humanidade. [...] Na realidade, é este o fato que torna estranho ouvirmos que a desigualdade de direitos entre os homens e as mulheres não tem outra fonte a não ser a lei dos mais fortes (MILL, 2006, p.21).

Sendo mais forte socialmente, o homem impôs seu poder e garantiu sobre as mulheres o controle de seu corpo e mente. Mill (2006) argumenta, baseado nisso, que foi através das relações históricas de poder e direitos, mas principalmente por causa do casamento, que a mulher se sujeitou injustamente ao sexo masculino por muito tempo. “O casamento é o único cativo real admitido pela nossa lei. Não existem escravos legais, exceto a dona-de-casa em cada lar” (MILL, 2006, p. 114). O casamento fez com que as mulheres ficassem limitadas ao lar, isoladas do exterior, do social, do âmbito público. Isso também as transformou em seres desprovidos de opiniões, ideias e instrução, levando seus maridos a acreditar que eram limitadas de conhecimentos, portanto não merecedoras de educação superior.

Poucos escritores advogaram a favor da mulher e de seus direitos como Stuart Mill o fez. Ele disse que “tal subordinação deveria ser substituída por um princípio de igualdade perfeita, sem qualquer poder ou privilégio para um lado e incapacidade para o outro” (MILL, 2006, p.9). Homens e mulheres deveriam ter direitos iguais e isso contribuiria para a formação de uma sociedade mais saudável e desenvolvida.

Desse modo, com o casamento, surge um desejo de definir quem tem mais superioridade na relação e a história mostra que quem mais se impôs foi o gênero masculino, conquistou e abusou do poder adquirido, sobrepondo-se ao gênero feminino, humilhando-o, silenciando-o e discriminando-o. Pois, para o “poderoso” homem, “a invisibilidade e o silêncio da mulher fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo” (PERROT, 2006, p. 17).

A liberdade natural da mulher é tida até hoje como anormal por causa de pensamentos machistas tanto de homens como de mulheres. Há, ainda, na era pós-moderna, mulheres que não conseguem se liberar sexualmente e verbalmente

porque acha isso “coisa de homem” ou tem medo do julgamento e discriminação social.

Ao se agruparem, as mulheres começaram a causar medo, a intimidar os homens e a sociedade, mas elas só acordaram e perceberam isso depois de muito tempo, há pequenas exceções em relação a mulheres em posição de poder dentro da história, é o caso das rainhas que governaram ricas nações como a Inglaterra e que se destacaram e estão expostas nos livros desde então. Mas até elas foram discriminadas e criticadas, porque o natural seria haver reis e não rainhas.

Como relatado por Mill (2006), pessoas de distantes partes do mundo achavam muito incomum e inacreditável o fato da Inglaterra ser governada por uma rainha e isso nunca foi incomum para os próprios homens ingleses, pois sempre foram acostumados. O que os incomodavam era ver mulheres ocupando cargos de militares e políticos, isto, para eles, saía da ordem do “normal”. O normal para a maioria dos homens seria a fêmea obedecer ao macho, por completo, como uma escrava obedece ao senhor, assim expõe Mill (2006) a seguir:

Os homens não querem unicamente a obediência das mulheres; eles querem seus sentimentos. Todos os homens, exceto os mais brutais, desejam encontrar na mulher mais próxima deles, não uma escrava conquistada à força, mas uma escrava voluntária; não uma simples escrava, mas a favorita. (MILL, 2006, p. 32)

Para isso acontecer, eles usaram estratégias de persuasão física e psicológica colocando em prática o que fosse possível para escravizar as mentes femininas. “Os senhores de todos os outros escravos contam com o medo para manter a obediência (...). Os senhores de mulheres queriam mais do que simples obediência e eles usavam a força da educação para atingir seus propósitos” (MILL, 2006, p. 32). Impediam suas esposas de estudar, primeiro porque as julgavam serem incapazes de desenvolver intelecto e segundo porque poderiam transgredir contra eles. Ainda poderiam deixar de cuidar de suas casas e filhos, assim as esposas “inteligentes” poderiam causar-lhes vergonha entre amigos e familiares.

Até o presente século XXI, isso ainda faz parte do pensamento de alguns membros da sociedade impregnados da cultura machista, porque, como Mill (2006,

p.75) já dizia no século XIX, “a maioria dos homens ainda não consegue tolerar a ideia de viver em igualdade”.

A mulher atual adquiriu autonomia e mais posição de igualdade em relação ao seu sexo oposto, mas algumas coisas não foram conquistadas, pois ainda há desigualdades no que se refere ao salário e à ocupação de cargos de poder.

O poder apresenta uma linguagem mais suave, e seja quem for que tal poder coloque sob opressão é sempre com a intenção de fazer o bem; deste modo, quando algo é proibido para as mulheres, considera-se necessário dizer e desejável acreditar que elas são incapazes de fazê-lo e que são afastadas de seu caminho verdadeiro para o sucesso e para a felicidade quando elas pretendem realizar tal tarefa. (MILL, 2006, p. 76)

Essa discriminação e preconceito diminuem as forças, é por isso que os homens covardes se utilizam de tais mecanismos para depreciar as mulheres ocupantes de cargos de poder. Inventam histórias e explicações no intuito de convencer os outros e até elas mesmas de que o poder não as faz bem, o que as faz bem é ter um homem e uma casa para cuidarem, assim eles julgam conhecê-las. Mas Mill (2006) julga esse conhecimento não tão profundo, ele o chama de imperfeito e superficial, permanecendo “assim até que as próprias mulheres tenham contado o que elas têm para dizer” (MILL, 2006, p.44).

Para contar tudo que tinham a dizer, elas escolheram o melhor modo que a sociedade lhes ofereceu na época, para expor suas angústias e protestos contra suas condições sociais. A mulher resolveu escrever como forma de protesto e resistência, pois “sabemos que por impulso e hábito, quando não deliberadamente, quase toda pessoa a quem outros são submetidos, passa dos limites com seus inferiores, até que chegue um ponto no qual eles sejam obrigados a resistir” (MILL, 2006, p. 58). Tal comportamento culminou na solicitação das mulheres em sua admissão ao Sufrágio Parlamentar, ao direito de serem educadas como os homens e aceitas como igual por eles. Uma vez que:

A regeneração moral da raça humana irá realmente começar quando a mais fundamental das relações sociais for colocada sob a regra da justiça de igualdade e quando os seres humanos aprenderem a desenvolver sua solidariedade mais forte com uma igualdade de direitos e aprimoramentos (MILL, 2006, p. 133)

A escrita foi para as mulheres uma maneira de resistência contra sua posição social. Após esse primeiro ato, elas foram às ruas protestar contra o modelo patriarcal, o falocentrismo⁴ e o machismo. Reivindicou igualdade social, direito ao público e ao privado, direito de atuar com certo poder na sociedade através de seu trabalho, na política e na família, com respeito e sem discriminação. Coletaram forças, convocaram e convenceram as companheiras de gênero a denunciar as formas de opressão as quais sofriam há muito tempo, fazendo surgir, assim, o Movimento Feminista:

O feminismo é o movimento que reflete e divulga a ampliação dos direitos civis e políticos da mulher. De certa forma, ele rompeu a ordem patriarcal, com a qual as mulheres já haviam se conformado, e estabeleceu o caos. O caos gera inquietação, insatisfação, mal-estar e, além disso, ainda não recuperamos, totalmente, nossas forças abatidas por tantos séculos de opressão. Por isso, o feminismo é malvisto por toda parte, até mesmo pelas mulheres. (ROCHA, 2009, p.31-32).

Dado que em muitas críticas sobre o movimento, encontram-se mulheres taxando outras mulheres por serem feministas. Ouve-se que ser feminista é sinônimo de ser “mal-amada”, escandalosa e até homossexual. Isso caracteriza uma falta de respeito às mulheres. Como também é a crença de que “a postura feminista, reivindicatória e ativa, não é atraente aos olhos masculinos e nos afasta do ideal de mulher a ser seduzida, conquistada, bem ao modo do amor cortês (...)” (ROCHA, 2009, p. 32)

Na América do Norte, no século XVIII, a atmosfera de Revolução causou uma mudança social no país e levou mulheres como Abigail Adams a escrever para seu marido, John Quincy Adams, líder da guerra de independência, uma carta na qual o lembra de estender os direitos dos homens às mulheres no novo Código de Leis dos EUA. Na França, acontece a mesma coisa e o feminismo surge como uma prática de ação política organizada. Os registros históricos mostram que essas duas nações

⁴ Definido por Bonnici (2007, p. 83): falocentrismo “é o ordenamento dos sistemas de diferença do Simbólico referente à sexualidade. A diferença encontra-se em ter ou não ter o significante privilegiado do falo. Os textos literários, portanto, podem ser interpretados em termos falocêntricos quando, empregando várias maneiras extremamente sutis e simbólicas, o falo é equacionado com o poder, a autoridade, a presença e a posse”.

foram as que iniciaram as lutas pelos direitos das mulheres em todos os campos, em especial o de quebra do domínio total que os maridos tinham em relação às esposas por causa do casamento.

Surgem nesse período, no ano de 1759, escritoras como a francesa Olympe de Gouges, que estampam folhetos com textos revoltados e repletos de indignação em relação aos direitos que as mulheres perderam na sociedade ao longo da história e que elas só teriam consciência se elas próprias lembrassem deles e se organizassem em motins para exigí-los. Ela:

Parafrazeando o discurso revolucionário, diz: “A mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. (...) esses direitos inalienáveis e naturais são: a liberdade, a propriedade, a segurança e sobretudo a resistência à opressão. (...) o exercício dos direitos naturais da mulher só encontra seus limites na tirania que o homem exerce sobre ela; essas limitações devem ser reformadas pelas leis da natureza e da razão”. (ALVES & PITANGUY, 1985, p. 34)

E é pelas leis da natureza e da razão que todo ser humano deveria ser respeitado, direito primário na convivência entre seres humanos. Respeitar o outro é reconhecer seu valor na sociedade, reconhecer que ele também tem direitos e que esses direitos devem ser respeitados, independente do sexo com o qual nasce. Como Olympe, supramencionada, a mulher é igual ao homem, nasce livre e permanece igual a ele em direitos. Ela tem direito à liberdade, ou seja, não ser aprisionada em casamentos patriarcais. Ela tem direito à propriedade, direito de herdar da família bens e usufruí-los da maneira que quiser fazê-lo. Tem direito à segurança, ou seja, não ter medo de ser violentada como ela tem sido desde que o homem resolveu ser superior a ela. E, sobretudo, tem direito à resistência à opressão. Luta que até hoje ela trava.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, foi usada dois anos depois por Olympe de Gouge como modelo para escrever e publicar a réplica feminista da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã que:

Constituiu uma das formulações políticas mais evidentes em defesa da cidadania feminina, ainda que a sua ressonância imediata não tivesse sido grande. (...) Apelou ao direito à liberdade, à propriedade, ao acesso aos cargos públicos, ao voto e à propriedade privada. A sua proposta incluía também direitos relativos à esfera doméstica,

como a recusa à dupla moral sexual e a equiparação legal dos cônjuges e dos filhos legítimos e ilegítimos. (NASH, 2005, p. 77:78)

De Gouge foi morta por causa de sua luta em favor das mulheres e seus direitos políticos. Acusaram-na de ter desejado ser um homem de estado ao esquecer-se de sua condição de mulher e submissa. As mulheres em Paris não podiam se agrupar mais, nem criar motins. “A Revolução Francesa e a posterior política napoleônica tornaram as normas contra as mulheres mais rígidas, ao estabelecerem como única esfera de actuação feminina o espaço doméstico da casa” (NASH, 2005, p. 78).

Nesse período, a luta das mulheres desacelerou na França, mas, na Inglaterra, surgiu Mary Wollstonecraft que, “denunciando as ideias de Rousseau em relação à mulher escreve, em 1792, um livro intitulado *Defesa dos direitos da Mulher*” (ALVES & PITANGUY, 1985, p. 36), alegou que todos os homens e mulheres são iguais e a inferioridade da mulher está diretamente ligada à sua falta de direito em relação a uma educação com formação intelectual. Mesma bandeira defendida por sua compatriota no início do século XX, Virginia Woolf.

A oportunidade de as mulheres ingressarem em universidades só ocorreu no século XIX, mas antes disso, no mundo capitalista-industrial, as mulheres recebiam salários muito inferiores aos dos homens nas fábricas, tendo que executar até 18 horas de trabalho. Eram praticamente escravizadas, sem muitos direitos. Para obter alguns, ela foi às ruas protestar.

O dia 8 de março é o dia registrado historicamente como o Dia Internacional da Mulher por causa das reivindicações, com passeatas, por jornadas de trabalho menores, melhores salários, condições favoráveis de trabalho, descanso semanal e direito ao voto, organizado por operárias americanas na cidade de Nova Iorque em 1857 e 1908, mas que foram brutalmente freadas, presas e assassinadas.

O Sufrágio Feminino⁵ “foi uma luta específica, que abrangeu mulheres de todas as classes. Foi uma luta longa, demandando enorme capacidade de

⁵ Baseado em *As Mulheres no Mundo*, de Maria Nash (2004, capítulo. 3), o Sufrágio Feminino foi um movimento reformista, político, social e econômico que reivindicava o direito ao voto (sufrágio) às mulheres e que teve início na Grã Britânia.

organização e uma infinita paciência” (ALVES & PITANGUY, 1985, p. 44), mas que ocupa poucas páginas nos registros históricos.

Na América do Norte, as mulheres só adquiriram o direito de votar 72 anos após o início das reivindicações, no ano de 1920, que incluíam abaixo-assinados, petições ao Congresso Nacional, às Assembleias Estaduais e às convenções. Já na Inglaterra, com a ajuda de John Stuart Mill, em 1865, o projeto de lei para o sufrágio é apresentado ao Parlamento, mas a luta foi mais violenta, com muitos atos públicos, busca de apoio de parlamentares e partidos, prisões e torturas, além de muitos recomeços por causa de galhofas e indiferenças de muitos legisladores.

A luta pelo voto feminino, no Brasil, iniciou-se em 1910, com o Partido Republicano Feminino de Deolinda Daltro, ganhando força com Bertha Lutz e sua Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, em 1919, que graças a Juvenal Lamartine (presidente do Rio Grande do Norte), em 1927, teve incluído na Constituição um artigo que dá direito às mulheres de votar. Em 1932, Getúlio Vargas “promulga por decreto-lei o direito de sufrágio às mulheres, este já era exercido em 10 Estados do país” (ALVES & PITANGUY, 1985, p. 48).

No Brasil, como visto acima, várias foram as precursoras da luta feminina. Podendo ser citados outros nomes de igual relevância como: Nísia Floresta Brasileira Augusta, que conseguiu viver de seu próprio trabalho como escritora, poetisa, jornalista, tradutora e educadora. Defendia a bandeira abolicionista e republicana e, segundo Rocha (2009, p. 138), Nísia Augusta publicou vários artigos sobre as condições das mulheres em diferentes culturas e escreveu o primeiro livro, em 1832, intitulado *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, defendendo os direitos das mulheres ao trabalho e à educação, inspirada na obra *A Vindications of the rights of woman*⁶, da Inglesa Mary Wollstonecraft.

Durante a Revolução Industrial, como já mencionado, houve revoltas contra as más condições de trabalho, as longas jornadas, a falta de direitos trabalhistas como: férias, descanso semanal e auxílio saúde, levando a ideologia socialista a se

⁶ De acordo com Rocha (2009, p. 128), “Uma Reivindicação pelos Direitos das Mulheres”, obra publicada em 1792 e escrita por Mary Wollstonecraft, ressaltava “a importância da formação escolar para as mulheres se lançarem no mercado de trabalho e conquistar a tão desejada autonomia financeira”.

consolidar e o feminismo a se fortificar, realizando a primeira convenção dos direitos das mulheres ocorrida em Seneca Falls, Nova Iorque (EUA), em 1848. O evento reuniu 240 simpatizantes que, inspirados na “Declaração de Independência dos Estados Unidos”, redigiram a “Declaração dos Sentimentos”.

Divulgada no mesmo ano, constituiu um manifesto paradigmático para o movimento feminista. Texto coletivo, acordado por estas pioneiras feministas, reunidas em Seneca Falls, foi firmado por sessenta e oito mulheres e trinta e dois homens. Expressou uma filosofia feminista da história que denunciava os abusos cometidos pelo homem contra a mulher. (NASH, 2004, p. 81)

Essa declaração não teve muito efeito prático, mas serviu de inspiração para futuras manifestações como a ocorrida 50 anos depois, onde “15 mil mulheres invadiram as ruas de Nova Iorque, exigindo a redução dos horários de trabalho, melhores salários e direito ao voto” (ROCHA, 2009, p.154).

A luta de classes sempre foi por igualdade, o socialismo incentivou as classes sociais a se reunirem e formarem organizações sindicais e defenderem seus direitos, algo que não seria diferente com a classe do gênero feminino, que propôs a criação do “Dia Internacional da Mulher” no II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, ocorrido em Copenhague.

Essa proposta não fora aceita até uma tragédia acontecer na cidade de Nova Iorque, em 1911: um incêndio na fábrica têxtil Triangle Shirtwaist Company vitimou 146 mulheres que trabalhavam 14 horas por dia e que, no momento do incêndio, foram presas nos últimos três andares do prédio. Desde então, sabe-se que esse episódio foi o que inspirou a escolha do dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher, apesar de ter ocorrido em 25 de março.

A visão sobre as mulheres mudou após a luta feminista, elas passaram a ser vistas como heroínas, fortes, capazes de sair em busca do que almejam, amparadas por ideias socialistas revolucionárias e com a ajuda da ciência a partir da descoberta da pílula anticoncepcional desenvolvida nos EUA, na metade do século XX, por “Gregory Pincus e Carl Djerassi – que por meio de incentivos da feminista e ativista social Margaret Sanger, receberam financiamento da rica herdeira industrial

Katharine McCormick” (ROCHA, 2009, p. 169) e desenvolveram esse método contraceptivo revolucionário para a mulher moderna.

Projetando-se da esfera doméstica para a pública, controlando sua ovulação e se prevenindo da gravidez indesejada, a mulher adquiriu empregos que antes eram de seus maridos. Empregos perdidos por eles devido às duas guerras mundiais, mas que foram reivindicados por eles após a guerra, usando de persuasão e poder simbólico, como propagandas que mostravam mulheres no âmbito doméstico parecendo satisfeitas para imbuir na cabeça delas que essa era a conotação ideal. Truque usado pelos irmãos Grimm⁷ em seus contos de fadas, mas que não funcionaria na modernidade, restando ao sexo masculino o reconhecimento da força do “sexo frágil”.

A notoriedade feminina ganhou mais destaque com a elaboração, publicação e divulgação de trabalhos como os estudos da filósofa Simone de Beauvoir que escreveu dois volumes de *O Segundo Sexo*, na França, tratando de teorias sobre questões biológicas, psicanalíticas, históricas e educacionais que levaram as mulheres a pensarem e se “transformarem em mulheres”, ou seja adquirir uma identidade feminina. Nos EUA, Kate Millet publica sua tese de doutorado intitulada *Política Sexual*, que discorre sobre o patriarcalismo como um sistema universal de dominação entre os gêneros. Na mesma época, Juliet Mitchell lança *A Condição da Mulher*, um aparato histórico dos registros sobre as mulheres.

No Brasil, o papel de analista da condição da mulher no mundo capitalista é de Heleieth Saffioti e a publicação de *A Mulher na Sociedade de Classes: “A elaboração social do sexo (SAFFIOTI, 1969) deve mesmo ser ressaltada, sem, contudo, gerar a dicotomia sexo e gênero, um situado na biologia, na natureza, outro, na sociedade, na cultura” (SAFFIOTI, 2004, p. 108).*

⁷ “Jacob Grimm (1785-1863) e Wilhelm Grimm (1786-1859), mais conhecidos como os Irmãos Grimm. Filósofos e estudiosos da mitologia germânica e da história do direito alemão, passaram a coletar e a estudar uma grande massa de textos e de histórias populares medievais de origem germânica e francesa contadas oralmente (Robinson, 2004). Como consequência, publicaram (1812-1822) 210 histórias em três volumes para crianças e adultos. Seus contos são povoados por madrastas malvadas, príncipes encantados, casas de chocolate, bruxas perversas, feras, entre outros personagens singulares. Entre os contos que foram traduzidos para o português, destacam-se: *A Bela e a Fera, Os Músicos de Bremen, Branca de Neve e os Sete Anões, Chapeuzinho Vermelho e Gata Borralheira*” (SCHNEIDER; TOROSSIAN, 2009, p. 136)

As visíveis mudanças que afetaram a condição feminina ainda não escondem a permanência de estruturas invisíveis sobre o poderio masculino. Ao conseguir alguma façanha profissional de destaque, algumas vezes a mulher “(...) tem que ‘pagar’, de certo modo, por esse sucesso profissional com um menor ‘sucesso’ na ordem doméstica (...) e na economia de bens simbólicos” (BOURDIEU, 2010, p. 126), sendo que às vezes elas têm que renunciar parcial ou total a um maior sucesso profissional por causa da família, essa caracterizada, mais precisamente, pelo marido e os filhos.

A teoria feminista apresenta, dentre algumas características, uma identidade da mulher retratando-a como sujeito político. Para tanto, “(...) se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida” (BUTLER, 2003, p. 20) e que levou a surgir, talvez, “(...) na presente conjuntura político-cultural, período que alguns chamariam de ‘pós-feminista’, uma oportunidade de refletir a partir de uma perspectiva feminina sobre a exigência de se construir um sujeito do feminismo” (BUTLER, 2003, p. 22) representado pelas mulheres, produzido e reprimido pelas estruturas de poder das quais elas almejam libertar-se, emancipar-se e superar. Tais estruturas entendidas como sendo as citadas no início dessa análise: o patriarcado, o falocentrismo, a subjugação, a opressão, a dominação etc.

A filósofa americana, Judith Butler (2003), questiona também se as mulheres estariam ligadas somente em virtude de sua opressão, característica somente de sociedades patriarcais relacionadas à maioria das sociedades conhecidas. E as desconhecidas, onde havia uma relação de igualdade entre os sexos e gêneros? Na visão da autora, o que houve foi uma retificação inconsciente das relações de gênero, que podem ter surgido com o capitalismo e com a concepção de sociedade que esse sistema econômico criou.

O gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos variados contextos históricos, estabelecendo interseções com modalidades raciais, classistas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas. Como Saffioti, Butler distingue sexo de gênero como sendo o primeiro associado às formulações biológicas e o segundo construído culturalmente.

Se o gênero são os significados culturalmente assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois” (BUTLER, 2003, p.24)

Sendo assim, há gêneros que não se limitam somente ao masculino e feminino, mais conhecidos, biologicamente classificados como homem e mulher. Há gêneros e sexos que entrelaçam essa concepção binária ou heterossexual, como é o caso dos homossexuais (que sentem atração por pessoas do mesmo sexo), bissexuais (que sentem atração por pessoas de ambos os sexos), transexuais ou transgênicos (pessoas que mudam de sexo por meio de cirurgia) e pansexuais (que só se relacionam com pessoas quando se apaixonam ou amam e isso não depende do sexo do seu parceiro).

Nos estudos sobre as mulheres e sua história, observa-se o anseio pelo reconhecimento da igualdade de gêneros em todos os aspectos e níveis sociais, eles mostram que masculino e feminino são termos construídos social e culturalmente. Assim, é o próprio indivíduo que deve concluir e definir seu gênero e não a sociedade, sendo ele homem, mulher ou homossexual. Que seu corpo não pode ser “coisificado” e nem exposto como algo que não lhe pertence. A violência contra as minorias é retrógrada e o machismo é uma covardia do sexo masculino, bem como suas consequências são crimes, que devem ser punidos. Observa-se também com isso o medo que os homens têm da tomada de poder e controle que essas minorias estão adquirindo rapidamente na pós-modernidade.

A mudança de visão positiva sobre seu corpo, saúde e costumes também faz parte da mulher atual, isso pode ser observado pela desmistificação de questões sociais, como a de que o homem é o salvador da mulher, pois, se ela não encontrar um, tornar-se-á uma pessoa incompleta; além da falácia de que aquilo que homem faz a mulher não pode fazer. Essas mudanças estão presentes nos contos de fadas

desconstruídos na atualidade e nas inúmeras campanhas incentivando o conhecimento da mulher em relação a seu corpo, seus direitos e sua liberdade de escolha.

Durante muitos anos na história da humanidade, mesmo que tenham sido cultuadas e respeitadas, as mulheres foram também discriminadas e diminuídas, viveram sob ideologias machistas e misóginas que influenciaram muitos grupos sociais no tocante à inferioridade feminina. Como um animal acuado e violentado por muito tempo, a mulher não aguentou tanta opressão e foi à luta para se libertar da prisão domiciliar e matrimonial, deste modo conseguiu resistir e se defender.

As mulheres adquiriram alguns direitos que só eram dados aos homens. Conseguiu não engravidar por meio da ajuda da pílula anticoncepcional, teve a escolha de estudar e sustentar sua família. Com algumas exceções, não teve uma história registrada claramente, mas com a visão do outro gênero. Gênero esse que, ao fazer guerras, entregou a elas a chance de alterarem os valores morais, éticos, políticos e individuais e ter direitos como: a liberdade legalizada e a realização profissional, intelectual e pessoal.

Tais conquistas não teriam sido adquiridas se as mulheres não tivessem conquistado o direito à Educação, levando-as a expressar através das letras seus pensamentos e ideias, explicando que são diferentes dos homens, jamais inferiores, e ilustrando o porquê de sua História ter sido silenciada ou contada de modo diferente.

2.2 A mulher e a literatura

O ser humano sempre apresentou a necessidade de expor seus pensamentos e sentimentos. Para tanto, desenvolveu, com o uso de suas mãos e raciocínio, modos, métodos, técnicas de expressão, fazendo surgir, assim, as artes como a pintura, a escultura e a escrita. Esta última fazendo o artista viajar, divagar, inspirar e, com a ajuda do leitor, eternizar-se.

Com as conquistas femininas no âmbito político e educacional, surgiram muitas mulheres escritoras, dando origem ao termo Escrita Feminina e a dois polos

conceituais “da produção teórica feminista: o feminismo anglo-americano e o feminismo francês” (HOLLANDA, 1994, p. 11). A parte francesa, vinculada à psicanálise e à teoria de Freud que promove as descobertas do inconsciente e estimula a emancipação pessoal, levou o gênero feminino ao “caminho que se mostrava especialmente atraente para a análise e identificação da opressão da mulher” (HOLLANDA, 1994, p. 12).

Por outro lado, a parte anglo-saxônica mais radical e com prestígio na área da teoria literária, mostrou-se totalmente contra o falocentrismo freudiano, “procurando denunciar os aspectos arbitrários e mesmo manipuladores das representações da imagem feminina na tradição literária” (HOLLANDA, 1994, p. 11), denunciando a ideologia patriarcal dominadora historicamente e incentivando estudos literários arqueológicos para resgatar “os trabalhos das mulheres que, de diversas formas, foram silenciados ou excluídos da história da literatura. Neste sentido, engaja-se no trabalho de recuperação de uma ‘identidade feminina’” (HOLLANDA, 1994, p. 12).

Por conseguinte, esta recuperação é feita através dos estudos de Elaine Showalter, que disseminou “a ideia de ‘uma cultura feminina enquanto uma experiência coletiva no interior da cultura *lato sensu* e que promoveria uma ligação entre as mulheres para além dos limites do tempo e do espaço” (HOLLANDA, 1994, p. 12). Elaborando assim uma crítica genuinamente feminina. Showalter escreve sobre a importância de uma Identidade Feminina construída por mulheres e para elas.

A autora afirma que há duas categorias da crítica feminina, a primeira sendo ideológica que é identificada pela mulher leitora “e oferece leituras feministas de textos que levam em consideração as imagens e estereótipos das mulheres na literatura, as omissões e falsos juízos sobre as mulheres na crítica, e a mulher-signo nos sistemas semióticos”. (SHOWALTER, 1994, p. 26). A segunda categoria discorre de uma crítica feminina totalmente concentrada na mulher, no qual ela pode e “deve encontrar seu próprio assunto, seu próprio sistema, sua própria teoria, e sua própria voz” (SHOWALTER, 1994, p. 29). Tal corrente foi definida por Showalter de Ginocrítica, que é descrita como sendo:

o estudo da mulher como escritora, e seus tópicos são a história, os estilos, os temas, os gêneros e as estruturas dos escritos de mulheres; a psicodinâmica da criatividade feminina; a trajetória da carreira feminina individual ou coletiva; e a evolução e as leis de uma tradição literária de mulheres. (...) A ginocrítica oferece muitas oportunidades teóricas, o que não acontece com a crítica feminista. (SHOWALTER, 1994, p. 29).

Portanto, a teórica discute sobre a escrita feminina, dedicando-se às mulheres como escritoras, através do estudo de obras de sua autoria e observando uma diferença substancial e significativa entre a escrita feminina e a masculina, estabelecendo o “uso de quatro modelos de diferença: biológico, linguístico, psicanalítico e cultural” (SHOWALTER, 1994, p. 29).

A teoria crítica masculina é caracterizada por ser “um conceito de criatividade, história literária ou interpretação literária baseada inteiramente na experiência masculina e apresentada como universal” (SHOWALTER, 1994, p. 28). Ou seja, analisa a escrita masculina, androcêntrica, por meio de obras elaboradas por homens e sobre eles, pois as que eles escrevem sobre as mulheres é tida como Escrita Feminina, termo utilizado por Maria Lúcia Castello Branco que o descreve como a escrita não somente feita por mulheres, mas relativo a elas, como narrado no trecho abaixo:

O que eu quero dizer é que, quando me refiro à escrita feminina, não entendo feminina como sinônimo de relativo às mulheres, no sentido que a autora de textos que revelam esse tipo de escrita só possa ser atribuída às mulheres. Fica claro, portanto, que a leitura sexualizante do termo feminino é restritiva, é redutora. Entretanto, tenho consciência de que, ao escolher o adjetivo feminino para caracterizar certa modalidade de escrita, estou admitindo algo de relativo às mulheres ocorrendo por aí, embora esse relativo às mulheres não deva ser entendido como produzido por mulheres. (BRANCO, 1991, p. 12)

Branco (1991) ainda diz que as escritoras, inicialmente, tinham em suas produções temas relacionados à suas vidas domésticas como a casa, maternidade e o próprio corpo, levando-as a preferir os gêneros memorialísticos e autobiográficos. Pois elas, as mulheres, eram excluídas dos lugares que não fossem suas casas ou as de seus familiares. Assim diferenciava da escrita masculina que, em muitas vezes, ligavam-se às guerras e às conquistas. Isto pode levar a uma verificação de

caracterizações dos gêneros e de suas escritas, peculiaridades em relação a quem lhes pertencem. Homens e mulheres escrevem de maneiras diferentes, pois cada um escreve retratando um pouco de si e de seu mundo, como as mulheres não publicavam muito seus trabalhos escritos, por motivos já explicados, as obras masculinas se destacavam e eles escreviam também sobre as mulheres e para elas, mas com sua visão própria e masculinizada. Como explica Zolin a seguir:

[...] As obras literárias canônicas representam a mulher a partir de repetições de estereótipos culturais, como, por exemplo, o da mulher sedutora, perigosa e imoral, o da mulher como megera, o da mulher indefesa e incapaz e, entre outros, o da mulher como anjo capaz de se sacrificar pelos que a cercam. Sendo que à representação da mulher como incapaz e impotente subjaz uma conotação positiva, a independência feminina vislumbrada na megera e na adúltera remete à rejeição e à antipatia. (ZOLIN, 2003, p. 57)

Os estereótipos acima citados por Zolin são retratados nos contos de fadas: Branca de Neve, Rapunzel e Cinderela. Obras literárias canônicas de autoria masculina, onde as mulheres são representadas com a visão do falocentrismo que é a postura, convicção ou comportamento baseado na ideia da superioridade masculina. Pois para essas princesas viverem felizes para sempre elas teriam que encontrar seus príncipes encantados. Ou se tornariam mulheres com conotações negativas.

Exemplo disso é a madrasta de Branca de neve que é considerada sedutora, perigosa e imoral. Sendo que ela não passa de uma mulher normal que corre atrás de seus objetivos ou sobrevivência se fosse descrita com a visão pós-feminismo. Já a mulher que cuida de Rapunzel, e mora na floresta sozinha, que não é casada, mas é independente, é mal vista e retratada como invejosa. O termo “bruxa” é negativo e usado desde então para descrever mulheres independentes, fortes e determinadas, como são a madrasta e filhas do conto Cinderela.

O julgamento pelo lado positivo de modelo de mulher ideal é retratado por esses autores e representado por mulheres que até hoje são referencia de beleza e modelo a ser seguido: As princesas. Mulheres apresentadas como incapazes, impotentes, donzelas e indefesas. Se muito velhas e não casadas, são chamadas de

fadas madrinhas, que servem como protetoras das frágeis senhoritas, tem conotação boa, mas muito fantasiosa, ou seja, “não devem existir”.

Essas histórias influenciaram muitas gerações de mulheres leitoras, em especial as crianças e levaram tais mulheres a desejarem ser como as princesas e não as bruxas. Com o passar dos anos e com as mudanças na sociedade em relação à emancipação feminina, percebe-se que esses escritos não tiveram influência nenhuma de mulheres, pois ela própria viria a escrever sobre si de maneira a valorizar sua independência em relação ao homem tanto afetiva como economicamente.

Talvez os homens tenham escrito histórias como essas para mostrar o seu poder em relação ao sexo oposto, para influenciar as mulheres, pois para NYE (1995):

Os homens afirmam o seu poder em todas as áreas. No ato sexual eles assumem a posição “natural” mais vantajosa para o prazer masculino. Na religião eles cooptam o clero e tornam os deuses masculinos, deixando as mulheres como espectadoras passivas. Na vida econômica, confinam as mulheres ao casamento burguês e cultuam a dona-de-casa. (NYE, 1995, p. 121-122).

Na literatura escreveram sobre mulheres passivas como sendo ótimas para a convivência e mulheres independentes e fortes como modelos inadequados a serem seguidos. O comportamento influenciado pela literatura dos contos de fada e pelo poder imposto pelos homens mais tarde instigou a mulher a escrever sobre ela mesma e de forma a valorizar sua evolução intelectual e social. Um dos exemplos históricos mais conhecidos foi Simone de Beauvoir. Filósofa Francesa precursora do Feminismo e de ideias radicais em relação à concorrência pelo destaque na sociedade entre os gêneros masculino e feminino.

Em seu *O Segundo Sexo*, ela diz que: “Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito do que suas concorrentes recém-chegadas” (BEAUVOIR, 2009, p. 21). Eles estão inseridos em número maior na indústria, na política etc., possuem maior número de lugares e posições mais importantes. “Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se

de um prestígio cuja tradição e educação da criança mantém: o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens” (BEAUVOIR, 2009, p. 22).

A partir do momento em que as fêmeas passam a tomar parte na composição do mundo, elas percebem que esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens. Portanto, escolher aliar-se a eles é a melhor escolha para tentar igualar-se a eles ou superá-los. “Recusar ser o Outro, recusar a cumplicidade com o homem seria para elas renunciar a todas as vantagens que a aliança com a casta superior pode lhes conferir” (BEAUVOIR, 2009, p. 21-22).

Para Beauvoir, como acima citado, a mulher para se igualar ao homem deve tê-lo como aliado. Para conhecê-lo, imitá-lo e depois assumir seu lugar na sociedade, tornando-se ele, ou melhor, que ele. Mas o que se pode constatar é que os indivíduos masculinos e femininos são iguais em tudo, menos na força física. Até Beauvoir admite essa característica fragilidade quando diz que:

A mulher é mais fraca do que o homem; ela possui menos força muscular, menos glóbulos vermelhos, menor capacidade respiratória; corre menos depressa, ergue pesos menos pesados, não há quase nenhum esporte em que possa competir com ele; não pode enfrentar o macho na luta. A essa fraqueza acrescentam-se a instabilidade, a falta de controle a fragilidade de que falamos: são fatos. (BEAUVOIR, 2009, p. 67)

Fato incontestável, raríssimas vezes uma mulher consegue vencer um homem em uma luta corporal. Havendo somente algumas exceções, no esporte principalmente. Em relação à vida sexual a igualdade também encontra dificuldades. Pois, por mais que a mulher seja ativa e tenha cuidados, sua constituição corporal a deixa em desvantagem ao se relacionar sexualmente em quantidades compatíveis às dos homens. Não somente o físico da mulher é diferente, mas o psicológico também o é, visto que:

O ato sexual em si é concebido pelos homens como uma forma de dominação, de apropriação, de ‘posse’ (...) À diferença das mulheres, que estão socialmente preparadas para viver a sexualidade como uma experiência íntima e fortemente carregada de afetividade, que não inclui necessariamente a penetração, mas que pode incluir um amplo leque de atividades (falar, tocar, acariciar, abraçar etc.), os rapazes tendem a ‘compartimentar’ a sexualidade, concebida como

um ato agressivo, e sobretudo físico, de conquista orientada para a penetração e o orgasmo. (BOURDIEU, 2010, p. 29-30)

A mulher se interessa sexualmente, mais pelo lado emocional do que físico-carnal como os homens. Graças ao falocentrismo, o homem julga ser ele o sexo mais forte, o dominador e a mulher o fraco e dominado. A sociedade ou as sociedades têm ilustrado esse fato ao longo dos anos, o que levou a mulher a demorar a adquirir poder.

As conquistas empreendidas por elas se multiplicam na medida inversa ao seu descobrimento como ser pensante. Termos como “sexo frágil” é tido como ultrapassado no século XXI. O Patriarcado, o Falo e a Força estão sutilmente, ou melhor, delicadamente (como é do perfil da mulher) sendo desviados do “sexo do falo” para o “sexo frágil”.

Na década de 70 do século XX, as feministas prestaram grandes serviços aos estudos sobre a mulher, utilizando o conceito de patriarcado com intenção política. Mas as feministas não mencionavam o termo exploração, considerado por Heleieth Saffioti um mesmo processo de dominação. As feministas contestaram a abordagem homogeneizadora dos papéis sociais femininos. A máquina do patriarcado “concede” aos homens certo direito para dominar as mulheres, utilizando-se do poder simbólico por eles exercidos e a elas impostos.

Isso ocasionou a pouca observância da trajetória das mulheres, isto é, a falta de interesse de registrar melhor esse processo. “E é absolutamente imprescindível que essa trajetória seja descrita para que haja: o empoderamento, não de mulheres, mas da categoria social por elas constituída” (SAFFIOTI, 2004, p. 103). Para que as mulheres tenham voz e vez na sociedade que as integram, para que se constituam como seres independentes do Patriarcado, deixando de ser consideradas pelo sexo oposto, objetos sexuais, meras reprodutoras e força de trabalho mais barata, como já exposto com o histórico do movimento feminista.

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, ela é fruto de organizações já concretizadas, propagadas e que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça. Isso se reflete na divisão social do trabalho, na distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos. A

diferença da natureza física entre o corpo masculino e o feminino e seus órgãos sexuais, pode ser vista como justificativa natural da diferenciação social construída entre os gêneros e, principalmente, na divisão social do trabalho.

A mulher se vê diminuta em relação ao homem em alguns campos da vida social, principalmente no trabalho, que muitas vezes os favorece, e na política por causa da discriminação. E, até pouco tempo, as moças não contestavam essa posição, o que foi substituído por uma força feminina de resistência contra esse efeito de imposição simbólica, levando algumas mulheres a se destacarem nas grandes empresas e na política, como é o caso das Presidentas do Brasil e do Chile, Dilma Rousef e Michele Bachelet; e da Chefe de Governo Alemã, Angela Merkel.

Sempre renegada injustamente e ocupando um segundo plano, as mulheres tiveram sua historiografia empobrecida, porque não possuíam acesso ao mundo das letras, a um mundo considerado até a um século atrás quase que exclusivo dos homens que detinham o saber e uma profissão. Algo conquistado pelo gênero feminino após muitas lutas e reivindicações.

A história, como já mencionado, é definida pelo início da Escrita, registro fundamental para tal ciência. E por não ter sido contada e registrada é que a História das Mulheres praticamente inexistiu até algum tempo atrás, diferentemente da masculina.

Essa história das mulheres tem sido revisitada e reavaliada nas últimas décadas, claro que através de uma visão feminina ante sua própria implicação histórica e social. Vários trabalhos acadêmicos têm sido produzidos nesse intuito. Um desses trabalhos foi desenvolvido pela historiadora francesa Michelle Perrot, autora de diversas obras sobre o tema, traduzidos em vários idiomas, inclusive no Brasil.

O livro *Minha história das mulheres* (2012), relata uma trajetória que remonta as relações das mulheres com os homens, com as outras mulheres e com as crianças. Fala sobre o vaticínio de ser mãe; expõe as representações de masculino e feminino e suas implicações nas classes sociais, no ambiente público e no privado. A obra possui 5 partes: “Escrever a história das mulheres”; “O corpo”; “A alma”; “O

trabalho das mulheres”; “Mulheres na cidade”; além de uma conclusão-reflexão sobre todo o assunto exposto intitulado “E agora?”

Nesse trabalho, a autora descreve o motivo pelo qual a levou a escrever sobre o tema, bem como seu caminho acadêmico na Universidade de Sorbonne e, sobretudo, na Universidade de Paris VII – Jussieu, nos anos 70, quando começou a se interessar pela temática feminina em relação a sua história.

O “silêncio” a que se refere a autora em sua obra tem relação com o fato de que pouco se falava das mulheres, pouco se escreveu sobre elas e pouco elas próprias deixaram escrito sobre si mesmas, como explica a seguir:

As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra. (PERROT, 2012, p.17)

Portanto o pouco de registro que as mulheres poderiam ter deixado, segundo Perrot é apagado por elas mesmas, pois não se julgaram capazes de escrever bem ou interessantemente. A autora descreve as fases e tipos de empregabilidade que as mulheres possuíam desde o labor doméstico, passando pelo operário até suas conquistas atuais compatíveis com as masculinas.

Michelle Perrot com essa obra demonstra ter tentado transpor o silêncio de séculos, enfrentando a escassez de fontes que são a matéria-base para o trabalho de uma historiadora. E a própria postura que se impôs às mulheres na emancipação de sua visão de si, torna seu trabalho ainda mais magnífico e pertinente.

Assim como é o ensaio de Virgínia Woolf intitulado “Um Teto Todo Seu”, escrito em 1929, fruto de uma série de palestras que ela deu em outubro de 1928 no Newnham College e Girton College, duas escolas para mulheres na Universidade de Cambridge. O título da palestra era “As mulheres e a ficção” e partindo do título questiona a si e questiona sua plateia:

Mas, dirão vocês, nós lhe pedimos que falasse sobre as mulheres e a ficção — o que tem isso a ver com um teto todo seu? Vou tentar

explicar. Quando vocês me pediram que falasse sobre as mulheres e a ficção, sentei-me à margem de um rio e comecei a pensar sobre o sentido dessas palavras. (WOOLF, 2014, p. 11)

As mulheres como Woolf, que era uma grande consumidora de romances, passaram a também os produzir e esse processo de comercialização e de “feminização” da literatura foi intensificado a partir do século XIX. Os textos, até então, eram escritos por homens que retratavam as mulheres com certo ar de crítica, de submissão ou de muita fragilidade. Levavam a mulher a ler a partir de sua visão masculina, pois eles dominavam a literatura e a cultura.

Essa política de força, segundo Millet (1970), afeta a literatura na medida em que os valores literários têm sido moldados pelo homem. A teoria pondera que, nas narrativas de autoria masculina, as convenções dão forma às aventuras, bem como moldam as conquistas românticas segundo um direcionamento masculino. Além disso, são construídas como se seus leitores fossem sempre homens, ou de modo a controlar a leitora para que ela leia, inconscientemente, como um homem. (ZOLIN, 2003, p. 56).

Mas a mulher não deseja ler somente como um homem, ela quer também ler como mulher, surgindo assim a escrita feminina feita por e para elas. Algo observado e registrado por Virginia Woolf que, após ponderar a respeito de sua palestra, constrói um relato crítico e histórico das escritoras até sua época. Fala que devido à falta de recursos e instrução intelectual ou ensino formal às mulheres não eram capazes de produzir uma escrita própria que pudesse chegar perto da feita por William Shakespeare. Que é tido por ela como escrita de muita qualidade e referencia.

Ela examina as carreiras de diversas escritoras, como Jane Austen, Aphra Behn, Anne Finch, as irmãs Brontë, George Eliot, até a condessa de Winchilsea. Outros nomes são citados, como a notável erudita e feminista Jane Ellen Harrison, que tem o nome exposto apenas pelas suas iniciais separadas por traços: J ---- H---. Também discute sobre Rebecca West, duvidando da inflexível opinião de Desmond McCarthy.

Dentre os homens criticados pelos seus pontos de vista sobre mulheres está F. E. Smith, conde de Birkenhead (referido como “Lorde Birkenhead”), que era contrário ao sufrágio. O ensaio cita, ainda, Oscar Browning através das palavras do

seu biógrafo H. E. Wortham. Woolf sutilmente se refere à maior parte dos intelectuais da época, cita muito o termo híbrido Oxbridge, que é a junção dos nomes da Universidade de Oxford e Cambridge. Deixa a sua audiência saber a verdadeira importância da sua educação ao mesmo tempo em que lhes alerta de sua posição precária na sociedade:

Mas eis-me de fato à porta que leva para a própria biblioteca. Devo tê-la aberto, já que, num instante, como um anjo guardião impedindo o caminho com o esvoçar de um traje preto em lugar de asas brancas, um cavalheiro desaprovador, prateado e gentil lamentou em voz baixa, à medida que me dispensava com um gesto, que só se admitiam damas na biblioteca se acompanhadas por um estudante da universidade ou munidas de uma carta de apresentação. (WOOLF, 2014, p. 17)

O preconceito contra as mulheres terem direitos sobre a intelectualidade é estampado ao longo do texto de Woolf, pois a escrita dela tem a característica principal da Escrita Feminina da época, a crítica ao Patriarcado e a defesa dos direitos das mulheres: “A única acusação que posso fazer contra estudantes e professores de qualquer universidade que seja é a deles terem afugentado meu pequeno peixe para proteger seus gramados cultivados durante trezentos anos a fio” (WOOLF, 2014, p. 15).

A escritora critica a questão de os homens terem afugentado a escrita feminina por 300 anos, pois ela chama seu questionamento sobre “mulheres e ficção” de peixe fora d’água e compara isso ao momento em que está pensando sobre como escrever sobre isso, e, ao ver um homem vindo em sua direção, ela escolhe o caminho do gramado depois de ter saído do caminho com cascalhos, sendo repreendida por um bedel que lhe dá ordens para não caminhar sobre a grama. Que seria simbolicamente território somente deles, território macio e bonito, o contrário do cascalho sem cor, duro e desconfortável.

As damas escritoras usavam seus pensamentos escrevendo o que não podiam dizer abertamente, usavam o que aprendiam e observavam no seu dia-a-dia, sem muita instrução, pois as Universidades surgiram para as mulheres muito tempo após elas terem começado a escrever. E porque, então, demoraram tanto para

terem o direito de estudar no Ensino Superior? É esse questionamento que Woolf faz a seguir, ao conversar com a Senhorita Seton:

Em poucas palavras, então, contei à senhorita Seton sobre os pedreiros que estiveram durante todos aqueles anos no teto da capela, e sobre os reis e as rainhas e os nobres que carregaram sacos de ouro e prata sobre os ombros e os enterraram; e como os grandes magnatas das finanças do nosso tempo vieram e depositaram cheques e títulos, suponho, enquanto outros assentaram lingotes e pepitas de ouro. Tudo isso jazia sob as faculdades, disse eu; mas e esta faculdade dentro da qual estávamos sentadas, o que jazia sob seus nobres tijolos vermelhos e os gramados selvagens e desleixados do jardim? Que força estaria por trás do conjunto de pratos lisos nos quais jantamos, e (escapou da minha boca antes que eu pudesse evitar) do bife, do creme inglês e das ameixas? (WOOLF, 2014, p. 33)

Para construir a faculdade feminina, na qual Virginia menciona no livro, ao contrário das que foram construídas para os homens, foi preciso muito esforço por parte das mulheres. Ouviram muitos “não” pelo fato de ser uma faculdade para mulheres, mas, destaca, que alguns “sim” existiram e, por volta de 1860, conseguiram arrecadar trinta mil libras e construir essa instituição que seria a única do gênero na Grã-Bretanha, Irlanda e colônias. O dinheiro não era suficiente para que houvesse confortos, como havia em Oxbridge com “(...) empregados carregando baixelas de alumínio na cabeça” (WOOLF, 2014, p. 34). O que não acontecia na faculdade feminina, precária de recursos, onde elas não podiam desfrutar de sofás nem quartos separados. Nem todo mundo estava interessado no fato das mulheres quererem estudar.

Por isso a revolta da autora que indaga sobre o que as mulheres de 60 anos antes estavam fazendo que não conseguiram deixar heranças materiais para as gerações posteriores de mulheres ansiosas pelos estudos. Tal fato era possível, porque, como mencionado na primeira parte desse trabalho, por Stuart Mill, as mulheres casadas, por lei, até o final do século XIX não tinham direito de controle sobre seus bens.

Para estudar o porquê de as mulheres não terem escrito ficção, Virginia faz pesquisas em livros antigos e descobre que elas não escreveram sobre os homens, mas eles escreveram muito sobre elas:

Vocês têm noção de quantos livros sobre mulheres são escritos no decorrer de um ano? Vocês têm noção de quantos são escritos por homens? Têm ciência de que vocês são talvez o animal mais debatido do universo? Eu tinha vindo com um caderno e um lápis, disposta a passar a manhã lendo, achando que ao fim da manhã eu teria transferido a verdade para o meu caderno (...) Como eu poderia encontrar os grãos da verdade enterrados em todo esse amontoado de papel? Perguntei-me, e em desespero passei a correr os olhos de alto a baixo pela longa lista de títulos. Até mesmo o título dos livros me dava o que pensar (...) Alguns desses livros eram, na realidade, frívolos e inoportunos; muitos, por outro lado, eram sérios e proféticos, morais e encorajadores (...) As mulheres não escrevem livros sobre os homens – um fato que eu não podia deixar de encarar com alívio, pois se eu tivesse que primeiro ler tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres e depois tudo o que as mulheres escreveram sobre os homens, o aloé que floresce uma vez a cada cem anos teria florescido duas vezes antes que eu pudesse encostar a caneta no papel. (WOOLF, 2014, p. 43-44)

E, dessa pesquisa, a autora percebe como os homens escreviam sobre as mulheres e como havia raiva, despeito e medo deles para com elas. Muitos talvez pudessem ter vivido uma desilusão, uma decepção ou até sofrido violência que os levavam a pensar que a culpa seria de uma mulher.

Realmente para escrever algo de ruim ou de não verdade é preciso um motivo forte e, para Virginia Woolf, esse motivo era a raiva que os homens sentiam pelas companheiras do sexo oposto. A mesma raiva que ela sentia ao ler títulos como “A inferioridade mental, moral e física do sexo feminino” escrito, segundo ela, por um professor não muito atraente, supostamente rejeitável pelas mulheres, chamado Von X.

Pode ter sido por causa da raiva ou do despeito dos homens em relação às mulheres que o levou ao Patriarcado, uma vez que a raiz dele está, segundo Woolf, na confiança em si mesmo:

Sem autoconfiança, somos como bebês no berço. E de que modo podemos adquirir essa qualidade imponderável, que também é tão inestimável, o mais rápido possível? Pensando que as outras pessoas são inferiores. Sentindo que temos uma superioridade inata – pode ser riqueza, *status*, um nariz perfeito ou um retrato de um avô feito por Rommey; os artifícios da imaginação humana não tem fim – sobre os outros. Por isso a enorme importância para o patriarcado de ter de conquistar, ter de governar, de achar que um grande número de pessoas, metade da raça humana, na verdade, é por natureza

inferior. Deve ser realmente uma das principais fontes de seu poder. (WOOLF, 2014, p. 53-54)

O poder do Patriarcado proibia as mulheres de serem independentes e o que isso significava pra Virginia era possuir dinheiro, um emprego e um espaço seu, como um lar ou um cômodo próprio para escrever e/ou trabalhar para poder pagar suas próprias contas, sem depender de um homem ou até uma vaga em um curso universitário. Ela mesma possuía isso, como descreve no seguinte trecho:

Mas essas contribuições para o assunto perigoso e fascinante da psicologia do outro sexo – algo que, espero, vocês investiguem quando tiverem os seus quinhentos anos – foram interrompidas pela necessidade de pagar a conta. Resultou em cinco xelins e nove *pence*. (...) A sociedade me dá frango e café, cama e abrigo, em troca de um número determinado de pedaços de papel que me foram deixados por uma tia pela simples razão de eu compartilhar seu sobrenome.

Minha tia, Mary Beton, devo lhes dizer, morreu em razão de uma queda quando cavalgava para tomar ar em Bomaim. A notícia do legado chegou a mim uma noite quase ao mesmo tempo em que foi aprovado o decreto permitindo que as mulheres votassem. A carta de um advogado caiu na minha caixa postal, e quando a abri, descobri que ela tinha me deixado quinhentas libras por ano para sempre. Dos dois - o voto e o dinheiro -, o dinheiro, reconheço, parecia infinitamente mais importante. (WOOLF, 2014, p. 56-57)

Antes disso, Virginia fala que tinha que mendigar trabalhos ocasionais em jornais onde escrevia assuntos relativos aos acontecimentos sociais da época, como um espetáculo que estava em cartaz ou um casamento. Ganhava dinheiro também endereçando envelopes, fazendo flores artificiais, lendo para idosas, ensinando crianças a ler. Até 1918, essas eram as ocupações disponíveis às mulheres na Inglaterra.

Mesmo tendo educação superior, como Virginia Woolf, elas tinham que implorar por empregos, sendo eles ruins ou não. Para sobreviver, as solteiras tinham que trabalhar mais pesado e ganhar menos. Com a herança, a escritora se sentia liberta da “obrigação” de bajular algum homem para ser sustentada ou lhe dar emprego, assim, aliviava-se do grande ódio e amargura que sempre sentiu por eles e pela falta de respeito para com as mulheres trabalhadoras.

Em sua pesquisa, Virginia não encontrou mulheres que tenham escrito histórias extraordinárias, então parte para a pesquisa da História em si e percebe

que as mulheres comuns não foram mencionadas, somente uma rainha aqui, uma grande dama acolá, como cita a seguir: “Mas o que eu acho deplorável, continuei olhando para as prateleiras de novo, é que nada se saiba sobre as mulheres antes do século XVIII. Não tenho um modelo sequer para me basear nisso ou naquilo”. (WOOLF, 2014, p. 69). Aconteceu à história das mulheres o que acontecia com elas frequentemente, eram ignoradas, consideradas não importantes. Suas obras literárias também.

Por não se sentirem tão valorizadas quantos os escritores, algumas damas escritoras redigiam sob pseudônimos, pois como não era comum mulheres escreverem, mantinham-se escondidas para não serem expostas, nem “causar vergonha” à família e talvez terem reconhecimento como os homens, mesmo esse sendo comemorado secretamente. Caso de Charlotte Brontë, Mary Ann Evans e Amandine Dupin que assinavam, respectivamente: “Currer Bell, George Eliot, George Sand, todas vítimas de uma luta íntima, como provam seus escritos, buscaram sem sucesso esconder-se usando nomes de homens” (WOOLF, 2014, p. 75).

Essas autoras achavam que os homens, ou melhor, ninguém iria ler suas histórias por serem mulheres. O pensamento da época era “O que elas têm a dizer?”, “Existe algo de bom na sua escrita?”. Ou seja, eram sempre discriminadas socialmente, particularmente em relação a seus intelectos.

Até as mais ricas e nobres como Lady Winchelsea e a Duquesa Margaret de Newcastle, eram desmerecidas, as duas bem casadas, bem educadas em colégios nobres, não tinham filhos, escreviam poesias nas quais a revolta contra o patriarcado estava bem evidente no século XVII. Como Woolf declara a seguir sobre Margaret de Newcastle: “Ao abrir a duquesa, encontramos a mesma explosão de fúria: “As mulheres vivem como morcegos ou corujas, trabalham como bestas e morrem como vermes””. (WOOLF, 2014, p. 87). Segue um trecho da poesia protestante de Winchelsea:

“Ai! Pobre da mulher que escrever quer!
Tamanha pretensão ninguém perdoa
naquela que, em lugar de ser ‘patroa’
ou ‘dona’ em sua casa, quer colher

meter, torta, nas letras! Se lhe der
na telha fazer versos, lhe dirão
que tempo vai perder e transgressão
tal mesmo uma virtude não redime.
Vigora em sociedade esse regime,
pois temos que ser belas; cultas, não”
(WOOLF, 2014, p. 87)

No final do século XVIII, as mulheres autoras já conseguiam ganhar dinheiro, escrevendo alguns romances e fazendo algumas traduções. Ajudavam as famílias ou poupavam para poder adquirir algo que desejasse sem ter que recorrer ao pai ou ao marido. Virginia menciona que isso teve uma grande influência de Aphra Behn, que não era nobre, mas mostrou a capacidade que as mulheres tinham, mesmo sendo humildes, de escrever e se sustentar:

A senhora Behn era uma mulher de classe média com todas as virtudes plebeias do humor, da vitalidade e da coragem; uma mulher forçada pela morte do marido, e alguns infortúnios de própria feita, a obter o sustento a partir das próprias habilidades. Ela teve que trabalhar em pé de igualdade com os homens. Conseguia, trabalhando arduamente, o suficiente para sobreviver. (WOOLF, 2014, p. 93-94)

É no Século XIX que mais escritoras aparecem nas prateleiras das bibliotecas britânicas. Segundo Woolf (2014), havia muitos romances. Inicialmente começaram com a poesia e partiram para o romance. Ela se questiona sobre onde haveria de estar a ficção e por quê. Talvez por falta de instrução universitária, talvez porque não tinham um espaço seu. Ela ainda diz que Jane Austen escrevia na sua sala de estar e escondia de quem quer que entrasse nesse cômodo o que ela estava fazendo. Assim a mulher de classe média escrevia e isso provavelmente teria influenciado muito no fato delas terem desenvolvido mais romances do que os outros gêneros literários.

O que é notável e observado por Woolf nesse momento é que a escrita de Austen não apresentava mais a característica que possuíam as mulheres dos séculos anteriores e mencionadas previamente. Ela reflete isso dizendo o seguinte: “Aqui está uma mulher dos anos 1800 que escrevia sem ódio, sem amargura, sem medo, sem revolta, sem sermão” (WOOLF, 2014, p. 99). Era o modo como ela imaginava que Shakespeare escrevia, sem rancores, como mulheres que são e sem

modificar seus trabalhos por causa da opinião dos outros, demonstrando a genialidade e a integridade que eram necessárias para suportar e superar a crítica do meio patriarcal.

Somente Jane Austen e Emily Brontë fizeram isso. É outra pérola, talvez a mais refinada, em suas tiaras. Elas escreviam como escrevem as mulheres, não como os homens o fazem. De todas as milhares de mulheres que escreviam romances naquele tempo, elas eram as únicas que ignoravam as admoestações perpétuas do eterno professor – escreva assim, pense assado. (WOOLF, 2014, p. 108)

Sem se importar com as normas escolares e estruturais exercidas pelos professores, Austen e Brontë se destacaram exercendo, na opinião de Virginia Woolf, uma escrita de mulheres considerada excepcionalmente boa. Escrita reconhecida até hoje da mesma forma, incrivelmente relevante e politicamente pertinente, uma vez que inspirou feministas nos anos seguintes.

A preocupação em relação a dinheiro, independência e poder que o sujeito feminino não tem conduz Woolf a pensar que ninguém compra literatura, que essa sim é uma válvula de escape para as mulheres de todas as épocas. Seu maior questionamento é o fato delas não terem escrito ficção ou não terem escrito mais do que há registrado historicamente. E segue ponderando sobre o porquê dessas damas não terem se interessado em desenvolver a escrita delas. Talvez por medo de represálias. Porquê dessa forma:

A pessoa teria que ter sido uma espécie de ativista para dizer a si mesma: ah, mas eles não podem comprar a literatura também. A literatura está aberta a todos. Recuso-me a permitir que você, mesmo que seja um bedel, me negue acesso ao gramado. Tranque as bibliotecas, se quiser; mas não há portões, nem fechaduras, nem cadeados com os quais você conseguirá trancar a liberdade do meu pensamento. (WOOLF, 2014, p. 109)

A liberdade de expressão, através da escrita, caracteriza as mais inspiradoras obras já feitas pela humanidade e é essa liberdade descoberta pelas mulheres que fez elas se dedicarem a tal prática e também a escrever romances inicialmente, já que esse gênero literário é mais de cunho feminino do que masculino, pois as

fêmeas são mais sensíveis, portanto mais propensas à escrita e leitura desse gênero literário.

Todas as formas antigas de literatura já estavam arraigadas e estabelecidas quando ela se tornou uma escritora. Apenas o romance era jovem o bastante para ser suavizado em suas mãos – mais uma razão, talvez, pela qual ela escrevia romances. (WOOLF, 2014, p. 111)

Ainda se detendo à pesquisa de Woolf, chega-se a um ponto no qual ela fala sobre suas contemporâneas, percebendo que essas senhoras ou senhoritas escreveram tanto quanto os homens e variaram os gêneros, saíram mais dos romances, talvez tenham notado que podiam fazer arte, e se dedicaram a também escrever livros de viagens, peças e críticas, livros sobre filosofia, ciências, história e economia, deixando de lado o gênero autobiográfico, considerado mais feminino na época.

Fazendo uma crítica feminista, mais precisamente utilizando-se do que Showalter chamaria mais tarde de Ginocrítica, a britânica declara que o poder criativo da mulher se difere muito do poder criativo do homem, a maneira como ela escreve sobre mulheres é bastante relevante e nenhum homem poderia fazer igual por mais que tentasse, pois cada gênero tem sua maneira de expressar o lado literário. Baseado nisso, Woolf (2014, p.126) diz que:

Seria mil vezes uma pena se as mulheres escrevessem como os homens, ou vivessem como eles, ou se parecessem com eles, pois se dois sexos é bastante inadequado, considerando a vastidão e a variedade do mundo, como faríamos com apenas um? A educação não deveria aflorar e fortalecer as diferenças em vez das similaridades?

Sim, a educação deve fazer isso para que todo tipo de escrita seja possível, pois, sendo os gêneros diferentes, é o que instiga e inspira o interesse do leitor, isto serve para que ele possa vir a ter opções variadas com o que se espelhar, copiar ou até imitar essa arte milenar e frutífera que é a Literatura.

Por fim, para a escritora inglesa, o motivo de a mulher não ter escrito ficção até meados do último século foi o fato dela não possuir dinheiro, nem ócio e nem um lugar para ter tranquilidade e poder divagar sobre o assunto, poder ler, estudar e

transformar, no sentido de aprimorar sua maneira de escrever e aprender assuntos sobre os quais poderia escrever.

Contudo, observa-se que mesmo não tendo tanta educação universitária, mesmo não escrevendo ficção, a mulher se saiu bem no legado que deixou até então, igualando-se ao homem na capacidade de se expressar usando as letras. E criando, segundo Virginia Woolf, uma escrita híbrida e equilibrada ao ponto de agradar gostos femininos e masculinos. Para ela:

O estado de espírito normal e cômodo é aquele em que os dois estão juntos em harmonia, cooperando espiritualmente. Se a pessoa é um homem, ainda assim a porção mulher de seu cérebro deve produzir resultados; e a mulher também deve se comunicar com o homem que há dentro de si. Talvez seja isso que Coleridge quis dizer quando afirmou que as grandes mentes são andróginas. É quando ocorre essa fusão que a mente é fertilizada por completo e usa todas as suas faculdades. Talvez uma mente que seja puramente masculina não consiga criar, e o mesmo ocorre com a mente puramente feminina, pensei. (WOOLF, 2014, p. 139)

Com a condensação das mentes masculinas e femininas, surge a mente andrógina⁸ que, para Woolf (2014), escreve melhor, porque pensa como os dois sexos, sabe do que cada um necessita e o tipo de captação da atenção e as necessidades que cada um tem. É mais criativa e interessante, porque não apresenta separação, sexismo. É a comunhão de ideias entre homens e mulheres, levando, com o ato de ler, o ser humano a sentir grande prazer, sensação almejada imensamente por homens e mulheres em suas relações.

No ensaio de Virgínia Woolf, observa-se a evolução da escrita feminina, desde o gênero poético, passando pelo romance até a questão da ficção, que é sua pergunta que inspirou toda sua pesquisa, na qual ela constata que as mulheres pesquisadas não haviam produzido ficção. Algo que ela já fazia com alguns contos curtos, como observado abaixo:

Woolf experimentou diversas formas narrativas ao longo de sua carreira. Seu desejo de renovar o romance levou-a a experimentar técnicas diversas de narrativa, como a ficção curta. A esse respeito,

⁸ De acordo com Bonnici (2007, p. 19): Androginia (gr. *Androgunos*; aner: homem; *guné*: mulher) é um importante conceito do feminismo usado por Virginia Woolf para descrever o equilíbrio completo dos sentimentos masculinos e femininos.

comentou em 1917 que lhe agradava a ideia de inventar formas novas por meio “dessas coisas curtas”. Em suas “coisas curtas”, Virginia Woolf reinventa a narrativa de forma a quase sempre fugir de uma ação linear. As falas, os pensamentos e as ações de seus personagens são imbricados às reflexões da narradora. Em certos contos, o narrador é um observador perceptivo da cena externa, enquanto que em outros, expõe suas próprias percepções e seu mundo através da mente da personagem. (SOUZA, 2006, p. 3-4)

Muitas mulheres escreveram ficção desde Virgínia Woolf e *Um Teto Todo Seu*. Uma delas é a Canadense Margaret Atwood, cujo trabalho intitulado *A História da aia* é analisado a seguir sob a perspectiva da Memória e da Identidade em um contexto distópico futurista.

3 MARGARET ATWOOD E A ESCRITA DA MEMÓRIA

3.1 A escrita distópica de Margaret Atwood

Margaret Eleanor Atwood nasceu em Ottawa, no Canadá, em 18 de novembro de 1939. Sua mãe, Margaret Dorothy, era uma nutricionista e seu pai, Carl Edmund, entomologista (ciência que estuda os insetos, todos os seus aspectos e relações com o homem, as plantas, o meio ambiente e os animais). Por causa da profissão do pai, Margaret passou muitos anos da infância fora da escola, viajando com a família. Ingressou na escola na oitava série, adorava livros de mistério, contos de fada dos irmãos Grimm e histórias em quadrinhos. Terminou o Ensino Médio em 1957, mas há muito tempo escrevia, tendo começado com a idade de 6 (seis) anos.

Tipicamente, como as primeiras escritoras femininas, começou sua carreira como poetisa no jornal literário do Victoria College, na Universidade de Toronto. Em 1961, graduou-se no Bacharelado em Artes e Inglês, também estudou filosofia e francês. Ao ganhar uma premiação com seus poemas, conseguiu uma bolsa em Harvard, nos Estados Unidos da América, e se tornou Mestre em 1962. Continuou estudando por dois anos e parou. Voltou ao Canadá e tornou-se professora da Universidade de Toronto. Viveu em pleno movimento feminista e possui obras permeadas de personagens femininas que vivem sob o domínio do Patriarcado. Para exemplificar, citaremos um trecho de *A História da Aia*:

Minhas mãos permanecem onde estão, cruzadas sobre o colo.
Coxas juntas, apertadas, calcanhares recolhidos sob o corpo.
Cabeça baixa (...).

Espero a reunião do senhor e seus vassalos. *Vassalos*: é o que somos. O Comandante é o senhor da sua família. Sua família somos nós. Que ele cuida e guarda, até que a morte nos separe.

A família de uma farsa. Oca.

Quem entra primeiro é Cora, depois Rita, enxugando as mãos no avental. Também foram chamadas pela campainha, não gostam nada disto, têm mais o que fazer – lavar a louça, por exemplo. Mas têm que estar aqui, todos têm que estar presentes, a Cerimônia assim o exige. De um jeito ou de outro, todos somos obrigados a assistir a isto. (ATWOOD, 1987, p. 91)

Uma característica muito acentuada sobre essa escritora canadense é ser uma excelente desconstrutora da identidade feminina, apesar de não se considerar

feminista. É muito versátil, pois escreve desde a infância até a atualidade, aos 75 anos, tendo como composições: contos, poesias, ensaios e romances. Já recebeu alguns prêmios internacionais como a Ordem do Canadá, ganhou o Prêmio Arthur C. Clarke, de 1987, e o Governor General's Award, de 1985, com *The Handmaid's Tale* (1985).

Atwood's stories are narrated in a variety of voices, from varied points of view, and are set in an array of geographical locations. Their most pronounced tone is that of a visionary discontent – the voice of a narrator who sees, describes with great acuity, and understands human dilemmas, but is powerless to affect the outcome. (GADPAILLE, 1988, p. 82)⁹

Essa característica da obra de Atwood, citada acima, em relação ao narrador, é bem presente em *A História da Aia*, tradução em português de *The Handmaid's Tale*. A autora expõe uma narradora que vê, entende, vive e descreve os dilemas humanos com muita acuidade, mas sem muito poder para modificá-los. Ela organiza na obra uma sociedade deslocada não geograficamente para outro plano, mas como que transferida para um futuro insólito, não utópico, mas que se imagina ideal, mesmo apresentando desigualdades sociais marcantes, como a caracterização da população dividida em castas e comandada por homens que seguem e exigem que todos sigam a doutrina cristã do livro do Gêneses.

A maneira de escrever de Atwood é, de certa forma, muito peculiar e notável. “Often the stories appear to seek the alignment of the reader with such a character, making the experience of reading seem like an entry into an ‘other’ world where the certainty and solidity of the familiar world are inverted”¹⁰ (GADPAILLE, 1988, p. 82).

De fato, ao ler essa talentosa autora canadense em *A História da Aia*, o leitor depara-se com dois mundos misturados, mas semelhantes, possíveis de existir, transmitindo certo ar de temor para quem lê. Isso é percebido no trecho a seguir, no qual a questão religiosa do livro é ironizada:

⁹ As histórias de Atwood são narradas com uma variedade de vozes, com vários pontos de vista, e são colocadas numa gama de localizações geográficas. O tom mais enfatizado dos trabalhos dela é de descontentamento visionário, ou seja, a voz do narrador que vê, descreve com muita acuidade e entende bem os dilemas humanos, porém não tem o poder de afetar o resultado. (Tradução Nossa)

¹⁰ Frequentemente, as histórias parecem procurar alinhar o leitor com um personagem, fazendo com que o ato de ler pareça como uma entrada em outro mundo onde a certeza e a consistência do mundo familiar invertam-se. (Tradução Nossa)

A igreja é pequena, uma das primeiras construídas aqui, há uns cem anos. Já não é usada, a não ser como museu. Lá dentro, pode-se ver quadro de mulheres de vestidos compridos e sombrios, cabelos cobertos com toucas brancas; homens muito empertigados, de roupas escuras e expressões severas. Nossos ancestrais. A entrada é franca. (ATWOOD, 1987, p. 38)

Observa-se que a igreja não é usada, o que torna mais estranho a questão religiosa acerbada, sem ligação a um templo, que é característico de tal prática social. A entrada é franca, mas ninguém entra, não é um lugar frequentado, isto caracteriza uma ironia em relação à questão da religiosidade, tanto isso quanto o fato de maltratarem os padres e as freiras, que são expostos na cerimônia chamada de Rezavagância, como descrito abaixo:

Às vezes, contudo, no caso das mulheres, as cerimônias homenageiam alguma freira que renegou (...). E é esse o olhar delas: olhos fracos, ofuscados pelo excesso de claridade. As mais velhas são imediatamente enviadas para as colônias. As mais jovens, entretanto, eles tentam converter e, quando conseguem, nós todos voltamos aqui para ver a cerimônia na qual renunciam ao seu celibato, sacrificando-o ao bem comum. (ATWOOD, 1987, p. 235)

O bem comum mencionado acima é sarcástico, pois tais freiras são tomadas a força e treinadas para tornarem-se aias. Elas resistem muito à quebra do celibato. São presas, açoitadas e apresentadas quando se dão por vencidas. “Não se entregam facilmente. Muitas, ao contrário, preferem ir para as Colônias. Nenhuma de nós gosta de uma delas como companheira de compras (...). São ainda mais destruídas do que nós, é difícil ficar à vontade com elas” (ATWOOD, 1987, p. 235-236). É o que Defred fala sobre as irmãs católicas entregues ao regime.

Se tudo é baseado na religião cristã, por que então a igreja não é frequentada e os religiosos, como essas freiras, são tratados dessa forma? Isto ocorre porque essa religiosidade é usada para justificar o poder de domínio que os comandantes exercem sob os cidadãos comuns, principalmente as mulheres que devem se portar sempre fiéis à doutrina. Como é percebido abaixo:

Nesses passeios, nunca pronunciou uma palavra que não fosse estritamente ortodoxa, e nem eu, para dizer a verdade. Talvez seja

uma autentica crente, uma Aia de fato e não só de nome. Não posso correr o risco.

- A guerra vai bem, pelo que ouvi dizer – diz ela.
- Louvado seja – respondo.
- Fomos agraciadas com bom tempo.
- Que eu acolho com alegria.
- De ontem pra cá, eles derrotaram mais alguns revoltosos.
- Louvado seja – digo eu. Não lhe pergunto como soube disso. – Eles eram o quê?
- Batistas. Tinham um bastião nas Colinas Azuis. Foram expulsos com fumaça.
- Louvado seja. (ATWOOD, 1987, p. 26)

Todo esse costume religioso é percebido na distopia, porque essa deriva da utopia, sendo considerada seu inverso. Ainda que preservando algumas mesmas características de sociedade, a Utopia é descrita no “livro publicado em 1516, 24 anos depois do descobrimento da América, pelo escritor inglês Thomas More (1478-1535)” (ALMINO, 2004, p. 9), como sendo fiel aos costumes cristãos, “Agindo segundo a razão, e mesmo sem conhecer o cristianismo” (ALMINO, 2004, p.11). Na ilha da Utopia:

Os utopienses vivem melhor do que os europeus e foram capazes de construir instituições que merecem respeito e admiração, enquanto os povos cristãos não conseguem pôr em prática as virtudes consagradas por sua religião e se destroem uns aos outros. Os utopienses comportam-se, no fundo, como se fossem verdadeiros cristãos; fazem o que os europeus deveriam fazer, se seguissem seus próprios preceitos cristãos. (ALMINO, 2004, p. 11)

Ou seja, More faz uma crítica aos cristãos que agem de maneira contrária ao que pregam, pois mesmo não sendo cristãos nem conhecedores de tal religião os utopienses (que possuem um modelo ideal de sociedade) se comportam de maneira racional e organizada seguindo suas virtudes mesmo sem ter um manual como os cristãos europeus tinham e não conseguiam seguir.

Para a sociedade Gileadana, as pessoas devem se comportar como indivíduos “perfeitos, abençoados”. Tal fato soa como crítica proveniente da autora, que não gosta dos EUA (que é considerado por seus cidadãos um país abençoado), é uma crítica à formação social original americana, que se comportava muito semelhantemente aos Gileadanos. Eram chamados de Puritanos, pois seus comportamentos eram tidos como retos e muito adequados.

Segundo Margaret Atwood declarou em uma entrevista ao New York Times, Gilead localiza-se em Cambridge, Massachusetts – EUA. Para comprovar isso, é narrado o seguinte: “Tínhamos lençóis de baetilha, como lençóis de criança, e cobertores do exército, bem velhos, ainda com os dizeres *U. S.* Dobrávamos com capricho nossas roupas, deixando-as sobre os tamboretos ao pé da cama” (ATWOOD, 1987, p. 9-10).

Sua escolha também foi baseada na histórica intolerância religiosa da época do Puritanismo que essa região possuía, ela mesma sendo descendente de vítimas dessa intolerância que tomou lugar em Salem, cidade conhecida nos EUA como a cidade das bruxas, que se localiza próximo à Cambridge. Para a heroína da história, o Canadá seria o lugar ideal para morar, uma espécie de paraíso, onde há esperança de vida melhor. Pois é para lá que ela tenta fugir com o marido e filha, não conseguindo e sendo presa e separada deles.

O que o texto sugere é satirizar o fato do homem querer chegar à perfeição fazendo uso da religião para isso. Algo muito comum em histórias como essa. As teorias distópicas servem como um alerta. É uma utopia negativa, ou seja, aparentemente tudo é tido como normal e ideal. Mas, por trás, o que se imagina estar sob controle revela-se fragilmente violável. Segundo Araújo (2011, p.2):

A distopia é importante. Ela traz um incômodo e uma mensagem intrínseca de fazermos algo. Uma propensão à ação. É nesse sentido que o imaginário distópico tem um papel relevante. Serve como alerta e como crítica. A distopia no campo do imaginário exerce um poder de crítica e persuasão com o poder de chocar e abalar lógicas, certezas, verdades absolutas. Por isso, faz-se importante observar e analisar as manifestações literárias, cinematográficas e artísticas como reprodutoras de uma espécie de imaginário do medo, mas jamais de resignação.

O termo distopia foi primeiramente exposto por Gregg Webber e John Stuart Mill, em 1868, em um discurso ao Parlamento Britânico. Os tipos de distopia são: histórias de ficção científica e Cyberpunk (mistura dos termos cibernética e punk), subgênero da ficção científica caracterizado no enfoque de alta tecnologia e baixo nível de vida.

A literatura distópica tem conteúdo moral, projetando o modo como nossos dilemas morais presentes figurariam no futuro. Apresentam as simpatias políticas do

autor que explora a estupidez coletiva. O poder é mantido por uma minoria, mediante a somatização e conseqüente alívio de certas carências e privações do indivíduo. “O imaginário distópico é fomentador do medo. Traz a realidade daquilo que pode vir a ser por meio de um quadro tenebroso do futuro. Esse medo revelado é fomentador de desejos e indignações perante o real” (ARAÚJO, 2011, p. 6).

O trecho abaixo é apresentado para mostrar um dos mecanismos usados para convencer as mulheres, chamadas de aias, a acreditarem que o tempo atual é melhor para elas do que o passado, quando viviam sob o domínio dos prazeres carnavais sem restrições:

Às vezes o filme que ela passava era algum velho filme pornô dos anos setenta e oitenta. Mulheres ajoelhadas, chupando um pênis ou um revólver, mulheres amarradas ou acorrentadas, ou com coleiras de cachorro no pescoço, mulheres penduradas em árvores ou de cabeça para baixo, nuas, de pernas abertas, mulheres sendo estupradas, espancadas, mortas (...). (ATWOOD, 1987, p. 129)

Sabe-se que nem todos os filmes retratam a realidade e com as películas de cenas pornográficas não seria diferente, mas a manipulação psicológica através das imagens é um mecanismo muito bem usado para surtir efeito nas mentes das “novas” mulheres convertidas e doutrinadas a viverem em um caminho reto de obediência aos homens que “servem” a Deus em *A História da Aia*.

Nesse contexto, não desejado, há um discurso pessimista, que raramente flerta com a esperança. Como quando Defred, que nunca foi religiosa nem praticante da oração, põe-se a rezar na esperança de que Deus lhe ajude a sair da condição na qual se encontra:

Rezo aqui mesmo onde estou, sentada à janela, olhando pela cortina para o jardim vazio.
 (...) Meu Deus. Que estais no reino dos céus, que fica dentro de nós. Gostaria que me dissesses o Seu Nome, quero dizer, o nome verdadeiro. Mas *Você* também serve.
 Gostaria de saber o que *você* pretende. Mas seja lá o que for, por favor, me ajude a enfrenta-lo. Embora talvez não seja *Você* o responsável; não acredito, nem por um instante, que o que está acontecendo seja o que *Você* pretendia.
 Tenho bastante pão de cada dia, de forma que não perca seu tempo com isso. Não é o problema maior. O problema é engoli-lo sem me engasgar.

(...) Depois vem o Reino, o Poder e a Glória. Custa um bocado acreditar nisso hoje em dia. Mas mesmo assim, vou tentar. Na *Esperança*, como aparece nas lápides. (ATWOOD, 1987, p. 209).

A oração é feita sem jeito, expondo o desespero que essa mulher enfrenta, sem muita esperança e fé. Está claro que ela não acredita muito em Deus, que nunca foi religiosa e que sofre para parecer ser. Essas histórias distópicas geralmente não são resolvidas, mesmo quando o herói ou heroína, no caso, consegue escapar:

Cora e Rita se acotovelam para sair da cozinha. Cora começa a chorar. Eu era a sua esperança, e lhe falhei. Agora, ficará para sempre sem filhos.

O furgão aguarda no caminho, com as portas duplas abertas. Os dois, um de cada lado, me seguram pelos cotovelos e me ajudam a entrar. Se isto é o meu fim ou um novo começo, não tenho meios de saber: entrego-me às mãos de estranhos por não ter outra escolha.

E assim subo para as trevas lá dentro; ou, quem sabe, para a luz. (ATWOOD, 1987, p. 311)

Defred consegue fugir da casa do comandante no final do último capítulo, mas não sabe e nem tem ideia de como será seu destino. O final da obra não é definido com um futuro claro para ela, pelo contrário, Atwood faz o leitor pensar, imaginar esse futuro. Talvez ela queira, ao mesmo tempo, que a prática da reflexão seja eterna, que o imaginário seja livre e que a decisão seja individual, pois é o direito de escolha que faz com que o futuro de qualquer pessoa seja bom ou ruim.

Nas obras distópicas, as sociedades são modificadas após algum acontecimento catastrófico como guerras, pragas, superpopulação, arma química etc. O uso de armas químicas diminuiu a fertilidade natural das mulheres em Gilead. As guerras são constantes.

Geralmente, o herói da distopia é alguém de dentro do sistema. Caso de Defred, indiretamente, e de Nick, o motorista da família do comandante Fred, e seu companheiro aspirante-subversivo. Alguém que está lá, mas não se adequa, não gosta do que vê, vive em conflito, tenta se infiltrar em um grupo que pensa igual a ele (Nick) e confia nessas pessoas para ajudá-lo a mudar o sistema (revoltosos), embora, na maior parte das vezes, não obtenha sucesso (Defred).

Há muita violência generalizada e que se torna banalizada nesse tipo de contexto, as pessoas assistem tal violência sem entendê-la direito, como quando as aias Defred e Deglen assistem um furgão parar perto delas e dois Olhos (soldados) saírem espancando um homem aparentemente normal que passava na rua. Ele é espancado e carregado para algum lugar como um saco de correio.

Essa violência sem explicação povoa Gilead, tendo o objetivo de influenciar “positivamente” os cidadãos que queiram subverter ao sistema político vigente, é uma forma de mostrar o que acontece a quem não concorda com a nova ordem. Essa tática é muito usada após golpes militares e épocas de guerras, e inspirou a formação social de A História da Aia.

A história é narrada em primeira pessoa pela jovem Defred, presa repentinamente após uma tentativa de fuga para o Canadá, quando ainda morava em um país chamado Estados Unidos da América, mas que estava em transição para se tornar outro país. Era casada com Luke e tinha uma filha. Após ser capturada, é inserida em outra versão de sua comunidade. Sendo essa nova muito religiosa, e de nome bíblico, Gilead, seguindo o livro de Gênesis. Defred é treinada para ser uma serva (aia) de algum comandante Fred e sua família. Tem um quarto próprio e é muito bem alimentada:

Tiro a tampa da bandeja. Uma coxa de galinha, excessivamente assada. Antes assim do que sanguinolenta, que é a outra forma como costuma prepará-la. Rita sabe expressar seu ressentimento. Uma batata cozida, vagem, salada. De sobremesa, peras em calda. Uma comida bastante boa, embora insossa. Comida saudável. Vocês precisam de vitaminas e de minerais, dizia Tia Lydia, com uma timidez afetada. Precisam se tornar receptáculos dignos. Mas nada de chá ou café. Ou álcool. Existem estudos sobre isso. (ATWOOD, 1987, p. 74)

O tratamento respeitoso dado a ela é procedimento de todas as famílias que as integram, ela é adotada com o propósito de engravidar e Defred, que já havia tido uma gestação, é considerada como capaz de gerar outro bebê e renovar as vidas tanto da comunidade como da família que a acolhe. Ela faz parte da casta das aias, as mulheres que se vestem de vermelho:

Levanto-me da cadeira, adianto para o sol os pés calçados com sapatos vermelhos e sem salto (em atenção à minha coluna, e não para melhor dançar). As luvas vermelhas estão sobre a cama. Eu as apanho e visto, dedo por dedo. Tudo, a não ser as aletas em volta do meu rosto, é vermelho: da cor do sangue que nos define. A saia desce até os tornozelos, rodada, presa num corpete justo que me aprisiona o torso. As mangas são cheias. As aletas brancas também são obrigatórias; sua finalidade é impedir-nos não só de ver, como de ser vistas. Nunca fiquei bem de vermelho, não é a minha cor. Apanho a cesta de compras e penduro-a no braço. (ATWOOD, 1987, p. 14)

A vestimenta é cheia de detalhes para que não haja nenhuma interação visual das aias com homens e vice-versa. Que nenhuma parte de seus corpos seja motivo de desejo para o sexo masculino. Pois elas pertencem a somente um homem, o seu comandante.

Como a taxa de natalidade baixou em tal lugar, não há com frequência a visualização de crianças e mulheres grávidas nesse país. Mas “a relva é bem cuidada, as fachadas são elegantes, bem conservadas; parecem aquelas gravuras bonitas que saíam das velhas revistas de casa, jardim e decoração” (ATWOOD, 1987, p. 30). Esse aspecto cuidadoso dos prédios é para mostrar que assim é o ambiente que a sociedade deve apresentar, ambiente próprio e perfeito para uma organização social utópica. Mas isso é uma superficialidade, um modo de demonstrar que tudo está sob controle.

Como não há muitas mulheres grávidas, conseqüentemente o número de pessoas está mais escasso. “A rua é quase um museu, ou uma rua de cidade-modelo, construída para mostrar como as pessoas viviam antigamente. Tal como naquelas gravuras, naqueles museus, naquelas cidades-modelo, não há crianças”. (ATWOOD, 1987, p. 30). Isso mostra que há um flagelo na saúde da população, muito característico das distopias.

O regime militar tenta manipular e oprimir a sociedade exercendo controle de tudo, das tecnologias e dos saberes científicos que servem aos interesses dos comandantes que ocupam o topo da hierarquia social em Gilead:

Na esquina, fica a loja conhecida como “Escrituras Espirituais”. É uma concessionária: existem “Escrituras Espirituais” em todos os centros urbanos, em cada subúrbio (...). As vitrines da “Escrituras Espirituais” é inquebrável. Atrás dela, ficam máquinas impressoras, uma fileira atrás da outra; essas máquinas

são chamadas de “Santarolas”; mas isso só entre nós, pois é um apelido desrespeitoso. O que as máquinas imprimem são orações. Rolo atrás de rolo de orações, continuamente. Os pedidos são feitos pelo compufone, já ouvi a Esposa do Comandante fazendo um. Encomendar orações da “Santarola” vale como demonstração de piedade e lealdade para com o regime; conseqüentemente, é algo que as Esposas dos Comandantes vivem fazendo. É bom para a carreira dos maridos.

Há cinco orações diferentes, pedindo saúde, fortuna, uma morte, um nascimento, um pecado. Você escolhe qual delas quer, perfura o seu número, perfura o próprio número, para que sua conta seja debitada, e perfura o número de vezes que quer que a oração seja repetida. (ATWOOD, 1987, p. 180)

Essas máquinas são instrumentos usados para mostrar que a religião está sendo seguida e que todos devem segui-la e observar suas ações e as ações dos outros. Também mostra que a tecnologia deve ser usada “para o bem de todos” e não para futilidades como era usada no “passado” (tempos atuais), pois o livro e essa sociedade, como já explicado, é futurista e a distopia tem a função de criticar o momento atual, mostrando que muito do que se faz no tempo presente é errado e isso se refletirá negativamente no futuro.

Em Gilead, as mulheres estão divididas em categorias que são representadas pelas cores das vestimentas: esposas (se vestem de azul), martas (se vestem de verde), tias (se vestem de branco), economesposas (se vestem de estampas listradas nas cores vermelho, azul e verde) e as antimulheres. Para ilustrar tal observação, expõe-se o trecho a seguir:

Dobramos a esquina e chegamos à rua principal, onde o trânsito é mais intenso (...). Vemos outras mulheres com cestas nas mãos. Algumas, vestidas de vermelho; outras, usando o verde baço das Martas; outras, ainda, trajando os vestidos listados de vermelho, azul e verde, baratos e acanhados, que são a marca registrada das esposas dos homens mais pobres. Economesposas, como são chamadas. Essas mulheres não estão classificadas por funções. Têm que fazer de tudo – se forem capazes. Às vezes, passa uma mulher toda de preto, uma viúva. Antes, havia mais viúvas, mas parece que elas estão diminuindo. (ATWOOD, 1987, p. 31)

A função das esposas é organizar o lar e acompanhar os comandantes quando necessário, as martas são encarregadas dos trabalhos domésticos em geral. Esse nome pode ter sido escolhido por Atwood, baseando-se nas irmãs Maria e

Marta citadas no Novo Testamento da bíblia cristã, na qual Marta era a irmã trabalhadora que está sempre ocupada e que pede a Jesus para falar com sua irmã Maria para lhe ajudar, já que esta não sai do lado dele desde quando ele adentra a casa de ambas, ou seja, é o retrato da mulher ocupada com afazeres domésticos.

As tias são as “professoras” das aias, ensinam e orientam o comportamento das mulheres que servirão de barriga de aluguel para as famílias dos comandantes. As economesposas são as mulheres casadas com homens comuns, sem patentes e mais humildes e as antimulheres são as “inimigas” do estado, as mulheres que se opõem ao regime, que se revoltam, são presas e levadas às colônias, onde todos vivem muito mal, à margem da sociedade.

A jovem protagonista Defred está classificada na categoria das mulheres que vestem vermelho e que são aprisionadas em seus quartos, ela rememora sua vivência anterior através de flashbacks. Não possui muito contato com o meio externo a casa do comandante, pois não tem liberdade para isso. Lida somente com mulheres e, em ocasiões raras, com homens, sempre numa condição inferior e submissa. Quando a vontade de transgredir lhe irrompe, ela tem que calcular como deve agir por causa da restrita comunicação com outras pessoas que lhe é imposta, mas principalmente pelo medo que a preenche.

Esse medo é bem notório quando ela vai ao médico, algo que tem que fazer todos os meses para verificar se está pronta para a “cerimônia”. Comporta-se muito receosamente e em pânico quando o doutor diz que sabe que o comandante Fred é estéril e que pode oferecer-lhe “ajuda” para engravidar:

— A maioria desses velhotes não conseguem mais – diz ele. – Ou é estéril.

Quase engasgo de susto: ele pronunciou uma palavra proibida. *Estéril*. Já não existe tal coisa, um homem estéril. Pelo menos, não oficialmente. Existem apenas mulheres fecundas e mulheres áridas. Essa é a lei.

— Muitas mulheres fazem isso – continua ele. – Você quer um bebe, não quer?

— Quero – respondo. É verdade, e nem preciso me perguntar por que, já sei. *Dai-me filhos, senão eu morro*. Isso pode ter mais de um significado.

— Você está bem macia – diz ele. – É o momento certo. Poderia ser hoje ou amanhã. Por que deixar passar a oportunidade? Só levaria um minuto, meu bem.

(...)

— É perigoso demais – digo eu. – Não. Não posso.

O castigo é a morte. Mas eles têm que pegar você no ato, com duas testemunhas. Quais seriam os riscos, será que a sala está grampeada, quem estará de tocaia do lado de fora? (ATWOOD, 1987, p. 69-70)

A insegurança é uma constante na mente de Defred, ela quer uma solução para seu problema, mas não o resolve com o médico como visto acima, porque é muito prudente, teme muito só de pensar em ariscar sua vida. Mas encontra-se embriagada em dilemas, pois se aceitar pode morrer e se não aceitar também corre o risco de ir para as colônias, ser decretada uma antimulher, perdendo com isso todas as chances de reencontrar quem mais deseja sua filha e o marido.

Baseado nessas observações e provocações de Margaret Atwood, um pensamento pertinente pode vir a preencher a mente do leitor que se depara com tal obra: O que nos guarda o futuro? Iremos retroceder ou avançar? A sociedade chegou ao seu limite de desenvolvimento? O futuro será bom? Ou será sombrio? Como os gêneros estarão estabelecidos no tempo vindouro? Como o Estado se apresentará? E como as Religiões serão seguidas e propagadas? Que valores serão importantes? Muitas questões invadem o consciente e o subconsciente das pessoas ao se depararem com histórias distópicas como essa.

Todos podem imaginar o futuro, mas todos sabem que ele é desconhecido, o que é conhecido é o presente e as distopias direcionam os leitores a refletir no presente sobre qual futuro ele pode construir e/ou quais ações têm que ser tomadas na atualidade para se ter um futuro melhor.

Observa-se que a sociedade do presente século XXI está tão entretida com o número grande de informações que possui que não consegue ou não quer ou não “tem tempo de” pensar sobre o futuro. As consequências disso estão refletidas na forma de estranhamentos observados na natureza, na política mundial e, principalmente, na política social do tempo presente. Consequência da não tomada de atitudes sobre o futuro que houve no passado. E a literatura mostra-se relevante como instrumento de alerta ao apresentar histórias como essa de Atwood.

3.2 Memórias individual e coletiva nem A História da Aia

Para se falar sobre memória é imprescindível que se entenda o conceito de tal termo, aqui explicado pelo médico argentino Iván Izquierdo (2002). Para ele, memória é tudo que aprendemos, pois o que aprendemos são informações adquiridas com a vida através das experiências e que resulta no que somos. “O acervo de nossas memórias faz com que cada um de nós seja o que é, com que sejamos cada um, um indivíduo, um ser para o qual não existe outro idêntico” (IZQUIERDO, 2002, p.2).

A História da Aia é um livro rico em temas relacionados ao feminismo como o falocentrismo, o patriarcado, a opressão e a submissão feminina, como já se observou. Discorre também sobre memória coletiva e memória individual. Dois tipos de memória social explicados por Pollack abaixo:

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (POLLAK, 1992, 201)

A memória, em primeiro lugar, é social, ou seja, é coletiva, comum a toda uma sociedade que viveu há algum tempo atrás. “A memória é então o passado se encontrando no presente, contudo o passado não é estabelecido somente por discursos, imagens e é modificado sempre pelo presente, ao mesmo tempo em que o constrói” (SOUZA, 2014, p. 253). O indivíduo vive o que toda a coletividade viveu, mas constrói sua “versão”. Sendo essa versão chamada de memória individual. E sobre os seus elementos, Pollack (1992) se questiona, para explicá-la melhor:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. (POLLAK, 1992, p. 201)

No livro de Margaret Atwood, a protagonista vive acontecimentos sociais comuns a todos, como a guerra e o golpe de estado, e faz uso de sua memória individual para desenvolver mecanismos de sobrevivência e manter-se saudável tanto fisicamente como psicologicamente:

Estou sonhando que estou acordada.

Sonho que me levanto da cama e atravesso o quarto – não esse quarto – e saio pela porta – não esta porta. Estou em casa, numa das minhas casas, (...).

Depois destes sonhos, então, sim, acordo; e sei que estou realmente acordada (...).

Nenhuma esperança. Sei onde estou, quem sou, que dia é. As provações são estas, e eu estou sã. A sanidade é um valor precioso, que eu guardo como as pessoas antigamente guardavam dinheiro. Faço poupança dela, para ter o suficiente quando chegar a hora certa. (ATWOOD, 1987, p. 119).

Pensar, trazer à mente sua vida anterior é, para Defred, a elaboração de um antídoto que serve para os momentos mais tristes de sua vida atual. Ela tem na memória um momento de refúgio, no qual se pega a pensar com muita frequência, sentindo-se, por vezes, até repetitiva. Como indica o trecho abaixo:

Vocês têm que me perdoar. Sou uma refugiada do passado e, como todos os refugiados, relembro os costumes e as formas de vida que tive que deixar para trás, e tudo me parece tão estranho, visto daqui; e acabo me tornando obsessiva. Como um russo branco bebericando chá em Paris, perdido no século vinte: é assim que eu regresso, tentando resgatar aqueles caminhos distantes; acabo ficando excessivamente piegas, acabo me perdendo. (ATWOOD, 1987, p. 242)

Defred, consciente e inconscientemente, acordada ou dormindo, rememora sua vida e tenta fazer uma organização, apesar de acabar se perdendo às vezes como mencionado acima. Ela sabe que tem que equilibrar o seu pensamento, como no trecho: “Tento não pensar demais. Hoje em dia, o pensamento, como as outras coisas, deve ser racionado. Há muita coisa que não resiste ao pensamento. Pensar pode prejudicar as nossas chances, e eu tenho a intenção de durar” (ATWOOD, 1987, p. 13-14), ou seja, sobreviver, mesmo após o trauma vivido por ela e que pode ser explicado a partir da teoria de Sigmund Freud (1976):

Também pode acontecer que uma pessoa seja levada a uma parada tão completa, devido a um acontecimento traumático que estremece os alicerces de sua vida, a ponto de abandonar todo o interesse pelo presente e pelo futuro e manter-se permanentemente absorvida na concentração mental no passado. Uma pessoa assim desafortunada, porém, não se torna, por isso, necessariamente neurótica. (FREUD, 1976, p. 326-327).

Sendo assim, a obsessão de lembrar o passado vivenciado pela aia não a torna neurótica, é apenas consequência do trauma experimentado. Sem família, vê-se obrigada a obedecer ao regime militar que matou o presidente, extinguiu o congresso e decretou que ela serviria aos comandantes.

As memórias ajudam a mente a se controlar ou as fazem ser controladas, resultando em neuroses advindas de traumas descritos por Freud como “Neuroses Traumáticas”. “As neuroses traumáticas dão uma indicação precisa de que em sua raiz se situa uma fixação no momento do acidente traumático. Esses pacientes repetem com regularidade a situação traumática, em seus sonhos” (FREUD, 1976, p. 325). Algo que a aia faz inúmeras vezes.

Estou no nosso primeiro apartamento, no quarto de dormir (...).
 Luke está aqui, atrás de mim, eu me viro para vê-lo (...).
 Luke, digo. Ele não me responde. Talvez não me ouça. Ocorre-me que talvez ele não esteja vivo (...). (ATWOOD, 1987, p. 85)

Nessa página, Atwood faz pausas longas e a cada pausa que ela faz, percebe-se a mudança de tempo do presente para o passado. A pausa é representada por dois espaçamentos dados na digitação do texto escrito. Toda vez que a memória é revivida, essas pausas aparecem no texto como instrumento indicando, às vezes, uma lembrança e, às vezes, um sonho, como o trecho a seguir demonstra.

Estou correndo com ela, segurando a sua mão, puxando-a, arrastando-a pelas urzes, ela está apenas semi-desperta, por causa da pílula que eu lhe dei para que não chore ou diga algo que nos delete, ela não sabe onde está (...). Agora ela chora, está assustada, (...) *Quieta*, digo, zangada, para ela. (...) Então, ouço os tiros atrás de nós (...)
 Puxo-a para o chão e rolo por cima dela para cobri-la, escudá-la (...).
 É pequena demais, é tarde demais, alguém nos separa, (...) só que pela janela consigo vê-la, muito pequena mas nítida, vê-la se

afastando de mim, (...) estendendo os braços para mim e sendo levada embora.

A campainha me acorda; depois é Cora, batendo na porta. E eu sentada no tapete, enxugando o meu rosto molhado. De todos os sonhos, este é o pior. (ATWOOD, 1987, p. 85-86).

A pausa no final da narrativa demonstra que aconteceu algo, que é interpretado como o momento que Defred acorda de seu pesadelo, do pior momento da sua vida, o momento da separação de sua garotinha de cinco anos, do ser humano que mais ama e que causa mais dor em sua vida.

Após essa separação da família, ela se concentra primeiramente no ginásio, chamado de “Centro Raquel e Lia”. “O Centro Vermelho, como nós o chamávamos, por haver tanto vermelho” (ATWOOD, 1987, p. 107) era onde recebia instruções para sobreviver como serva procriadora. De lá, passa por duas famílias de comandantes até chegar à do comandante Fred.

Quando o golpe aconteceu, a Constituição foi suspensa e as pessoas tiveram que agir de acordo com o que o Estado estabelecia. A essa servidão é que Defred se entrega na obra de Margaret Atwood. Isso a faz sofrer muito e, para aliviar esse sofrimento, ela relata sua vida, ou vidas: a do passado e a do presente.

A do passado, por ter vivido uma vida livre e feliz; a do presente, resultado de sua prisão, desenvolvendo uma fixação por esse trauma, “uma positiva, durante a qual o sujeito volta continuamente à situação traumática original, e outra negativa, durante a qual ele não quer saber das impressões antigas, dos traumas esquecidos, e tenta evitar tudo o que possa revivê-lo” (ROUANET, 2004, p. 11).

Defred, por vezes, lembra-se do passado voluntariamente para se sentir bem, mas em algumas vezes não consegue controlar suas recordações que a faz sentir-se mal. No livro, ela narra uma história ruim que ela declara não desejar estar narrando. Ela gostaria de acreditar que fosse realmente uma história o que ela conta e não a sua vida real:

Não é uma história o que estou contando (...).
Também é uma história o que estou contando (...).
Conto, em vez de escrever, porque não tenho com que escrever, e escrever, afinal de contas, é proibido. Mas, se for mesmo uma história, ainda que dentro da minha cabeça, devo conta-la a alguém.

Não se pode contar uma história para si mesma. Sempre tem que haver alguém. (ATWOOD, 1987, p. 48)

Escrever para as Aias é proibido, pois, se elas pudessem escrever, poderiam se comunicar, como fizeram as mulheres escritoras do passado, que, sendo mulheres oprimidas, conseguiram se comunicar, expor em suas obras literárias seus sentimentos bons e também suas revoltas. Então esse “poder” já é conhecido pelos homens de Gilead, por isso não entregam nenhum objeto que as ajudem a ter tal atitude. Elas são mantidas em regime de cárcere privado, com restrita comunicação com o meio externo. No regime patriarcal de dominação, como explica Saffioti (2004):

as mulheres são objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores. Essa soma/mescla de dominação e exploração é aqui entendida como opressão. (SAFFIOTI, 2004, p. 105)

Para que o leitor tenha mais noção do pesar da personagem principal na história e sinta sua atmosfera de opressão, a autora faz uso da descrição minuciosa da “prisão” de Defred (seu quarto), mexendo com os sentidos e sentimentos do leitor já no início da obra. É aqui onde ela mais relembra seu passado:

Uma cadeira, uma mesa, um abajur. Lá em cima, no teto branco, um enfeite em relevo na forma de um florão e, no centro, um espaço em branco, recoberto de gesso, como a parte de um rosto de onde se arrancou um olho. Deveria ter um lustre antes. Eles tiraram tudo que possa permitir que alguém amarre uma corda. (ATWOOD, 1987, p. 13)

Não há espelhos ou vidros quebráveis, há somente uma janela com vidro inquebrável. As ruas da cidade, com destaque para o centro e suas lojas com letreiros característicos, são descritas com muita riqueza de detalhes e permeadas de memórias do tempo anterior à nova ordem vigente.

As calçadas, aqui, são de cimento. Evito pisar nas rachaduras, como uma criança. Fico lembrando dos meus pés nestas calçadas em outros tempos (...).

Penso nas lavanderias. No que costumava vestir quando ia a alguma: short, jeans, macacão de malha. No que costumava levar: minhas próprias roupas, meu próprio detergente, meu próprio dinheiro, dinheiro ganho por mim. Fico pensando no controle que eu tinha (...).

A loja tem uma imensa tabuleta de madeira, na forma de um lírio dourado, do lado de fora. Chama-se “Lírios do Vale” (...) A “Lírios” tinha sido um cinema, antigamente (...).

Nossa primeira parada é uma loja com outra tabuleta de madeira: três ovos, uma abelha, uma vaca. “Leite e Mel” (...).

Depois disso, entramos no “Só Carnes”, cuja tabuleta é uma grande costeleta de porco, presa por duas correntes. (ATWOOD, 1987, p. 31-34).

As lojas e as ruas se modificaram, ficaram na memória do tempo de outrora, tempo de liberdade para as mulheres, época em que elas tinham controle sobre suas vidas, inclusive sobre seu dinheiro, que ganhavam porque trabalhavam: “Tantas mulheres que tinham seus serviços! É difícil imaginar, hoje em dia, mas milhares delas tinham empregos, milhões. Era considerado coisa normal. Agora é como uma lembrança do papel-moeda, do tempo em que ele existia”. (ATWOOD, 1987, p. 186). A memória sobre as mulheres desse passado relatada pela aia é importante para a preservação da memória e conquistas do sujeito feminino, pois para Le Goff (2003, p.469):

A memória coletiva faz parte das grandes questões da sociedade desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.

Essas lembranças da época que ela podia trabalhar e ganhar seu próprio dinheiro são lembranças que fazem com que Defred siga em frente, quem sabe tendo esperança de retornar ao que era, isto lhe dá energia para querer lutar pela sobrevivência e por um futuro melhor que o atual em Gilead, quem sabe até melhor que o tempo passado.

O passado, nossas memórias, nossos esquecimentos voluntários, não só nos dizem quem somos, mas também nos permitem projetar rumo ao futuro; isto é, nos dizem quem poderemos ser. O passado contém o acervo de dados, o único que possuímos, o tesouro que nos permite traçar linhas a partir dele, atravessando o efêmero presente em que vivemos, rumo ao futuro. (IZQUIERDO, 2002, p.2)

O futuro para Defred é algo que em momento algum ela pensa. Não é notório o registro de pensamentos da protagonista sobre o futuro. Para ela, libertar-se é a prioridade, por conseguinte o futuro dependerá dessa libertação, enquanto isso ela segue sofrendo na dúvida, principalmente as que têm relação com sua família, lembrança que sempre a toma ao se ver sozinha em seu quarto.

Seu presente e seus pensamentos são preenchidos de terror, o terror de ver seu marido pendurado no muro. O muro que abriga até cidadãos mortos que são considerados culpados por crimes que outrora não eram considerados crimes (como fazer sexo com pessoas do mesmo gênero):

Há mais três corpos no muro. Um é de um padre, ainda de batina preta. Foi vestida nele para o julgamento, embora há anos eles tenham desistido de usá-las. [...] Os outros dois têm tabuletas roxas penduradas no pescoço: Traição de Gênero. Seus corpos ainda vestem o uniforme dos Guardiães. Devem ter sido pegos juntos, sim – mas onde? Num dormitório, num banheiro. Difícil dizer. (ATWOOD, 1987, p. 51).

A aia reflete, pensa e pondera muito. Não consegue administrar o desejo de se libertar, para quem sabe ter um futuro, mas tenta através de suas memórias, mesmo elas sendo apagadas involuntariamente, como quando ela recorda e tenta não esquecer de como seu marido era:

O que resta dele: seus cabelos, os ossos, a camisa de lã xadrez, verde e preta, o cinto de couro, as botas de trabalho. Sei exatamente o que ele estava vestindo. Visualizo as suas roupas com a nitidez de uma litografia ou de um anúncio colorido numa revista antiga, embora não veja seu rosto, pelo menos não tão bem. Seu rosto começa a se diluir (...). (ATWOOD, 1987, p. 114).

A aparência do rosto de Luke começa a desaparecer na memória de sua esposa que sempre pensa nele. Ela se utiliza de tal mecanismo para reconhecê-lo, mesmo se estiver morto no muro. É tomada voluntariamente ou não por pensamentos sobre o passado, com a família e a amiga Moira. A resistência ao pensamento para evitar o sofrimento é constante, mas ao mesmo tempo é algo que ela aprecia fazer.

O risco do perigo eminente dá liberdade de controle a quem tem o comando da situação em relação a quem não tem. Consciente e inconscientemente, os mais

fracos são controlados com mais facilidade, a manipulação da memória é um artifício usado para este controle. Este controle sendo exercido primeiro pela memória coletiva e depois pela memória individual, pois uma é levada à outra de forma psíquica.

A memória individual pode ser controlada através de recordações advindas de manipulações do subconsciente, como quando as tias do Centro Vermelho mostram filmes com mulheres sofrendo violência sexual para que as “novas” mulheres se recordem do passado como algo ruim e perigoso para elas. Ou no isolamento, no ócio vivido pela aia em seu quarto:

Tento evocar, resgatar os meus próprios espíritos de onde quer que estejam. Eu tenho que me lembrar de como eram suas caras. Tento mantê-los parados no fundo do olhar, seus rostos como fotos coladas num álbum. Mas eles não ficam quietos, se mexem, um sorriso surge e desaparece, as feições se distorcem e se alteram como papel em chamas, as trevas os consomem. Um vislumbre, um brilho tênue no ar; um fulgor, uma aurora, uma dança de elétrons, e depois outro rosto, rostos. Mas eles se apagam, por mais que eu lhes abra os braços, eles me escapam, fantasmas no amanhecer (...).
É minha culpa. Ando esquecendo demais. (ATWOOD, 1987, p. 207-208)

A lembrança dos rostos de sua família vai desaparecendo, mesmo a aia se esforçando para não perder essa recordação. O isolamento em que vive ajuda a produzir tal esquecimento que ela narra. Porém, ela se esforça para que isso não ocorra. A mesma coisa ela faz em relação a seu nome.

Meu nome não é Defred, é outro que ninguém mais usa, pois está proibido. (...) Guardo o conhecimento deste nome como quem guarda uma coisa escondida, um tesouro que algum dia haverá de desenterrar. (...) Esse nome tem uma aura à sua volta, como um amuleto, um patuá que me vem de um passado inimaginavelmente remoto. À noite, deito-me na minha cama de solteira, de olhos fechados, e o nome flutua atrás das minhas pupilas, quase ao alcance da minha mão, brilhando no escuro. (ATWOOD, 1987, p. 94-95)

A identidade da aia é muito importante para ela e ela julga relevante não esquecer seu nome, mas ao mesmo tempo teme que isso aconteça. Para isso não ocorrer, ela se lembra dele como um amuleto envolto de luzes para gravar

repetidamente o nome com o qual era reconhecida desde que nasceu, mas que fora obrigada a não mencionar mais, através da manipulação do esquecimento identitário no qual todas as servas vivem.

Manipular o ser humano não é algo difícil quando se vive em uma situação em que há relação de poderes entre dominantes e dominados. Na república de Gilead quem detém o poder são os homens de guerra, “revolucionários” que estabeleceram seu poder autoritariamente em cima das mulheres e, principalmente, em cima das aias que são observadas quase todo o tempo. Sem comunicação entre si, elas ficam sem poder transgredir e isso lhes conduz à conformação, pois como Bourdieu (2010) diz:

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidades com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão. (BOURDIEU, 2010, p. 22)

Sentindo-se submissa e sem força, às vezes quase conformada, Defred usa muito, como já visto, a memória para vivenciar o que tinha anteriormente: emprego, família, amigos, liberdade, em um mundo “normal”. Tentando sobreviver ao fazer isso, mas ao mesmo tempo gravando tudo em sua mente para nunca esquecer o que era ser uma mulher livre.

Ela tenta animar-se, pois “os maiores reguladores da aquisição, da formação e da evocação das memórias são justamente as emoções e os estados de ânimo” (IZQUIERDO, 2002, p. 4). Recordar para a aia é sentir-se viva, feliz, é um combustível para seu corpo que reflete na sua saúde e esperança. A primeira necessária para a manutenção de sua condição de serva e a segunda para ir em frente, buscar sua família, ou pelo menos saber como ela está.

Essa evocação lhe é tomada quase constantemente. “A evocação é também chamada de recordação, lembrança, recuperação. Só lembramos aquilo que gravamos, aquilo que foi aprendido” (IZQUIERDO, 2002, p. 1). Seria muito agradável se gravássemos somente aquilo que é bom, pois aquilo que é ruim tende a nos

depreciar e adoecer-nos criando traumas. Gerando consequências ruins para nossa saúde.

Para isso não ocorrer, “o melhor modo de defender-se da invasão de memórias difíceis é impedir seu ingresso, estender um cordão sanitário ao longo do limite. É mais fácil vetar o ingresso a uma recordação do que dela se livrar depois que foi registrada” (LEVI, 1990, p. 14).

O controle exercido pelos comandantes em Gilead leva seus cidadãos a querer questionar o que é real e o que não é na sociedade, pois “nossa memória pessoal e coletiva descarta o trivial e, às vezes, incorpora fatos irreais” (IZQUIERDO, 2002, p. 7), como os fatos que Defred observa ao seu redor. A guerra que ela quase não escuta, nem presencia, somente assiste pela TV.

Foi depois da catástrofe, quando o Presidente foi morto a tiros e o Congresso metralhado. O exército decretou estado de emergência (...).

Mantenhm a calma, diziam na televisão. Tudo está sob controle.

(...) Foi então que suspenderam a Constituição. Disseram que seria temporário. Não houve nem mesmo tumultos na rua. As pessoas ficavam em casa à noite, assistindo televisão, atrás de uma orientação. (ATWOOD, 1987, p. 187)

A TV é utilizada para induzir a população ao repúdio do “mal comportamento”, induzir os dominados à autocorreção. Para entrar na memória coletiva com a mensagem: não faça nada de errado contra o regime, pois você pode acabar morto e pendurado no muro. O muro que está a todo tempo sendo lembrado no texto.

Paramos ao mesmo tempo, como quem obedece um sinal; e ficamos olhando para os corpos. Não tem importância que olhem: é para isso que eles estão aqui, pendurados no Muro (...).

Estão pendurados em ganchos (...).

O pior são os sacos nas cabeças: pior até do que as caras, talvez. (ATWOOD, 1987, p. 39).

Este modo de punição remete à sociedade puritana do começo da colonização norte americano no século XVI, quando, ao pecar, o cidadão era obrigado a vestir e expor seu pecado para servir de exemplo àqueles que o vissem, tomando consciência e gravando na memória tal fato para que não fizessem o mesmo. Um exemplo como esse, muito conhecido, está exposto na obra A Letra

Escarlate, do norte americano, Nathaniel Hawthorne, em que a protagonista considerada adúltera tem que expor a letra A (de adúltera), em cor vermelha, fixada em seu vestido toda vez que sai às ruas, para que a experiência alheia sirva de experiência pessoal. Pois, como Izquierdo (2002) diz:

As memórias dos humanos e dos animais provêm das experiências. Por isso, é mais sensato falar em “memórias” e não em “Memória”, já que há tantas memórias possíveis quanto forem as experiências possíveis. (...) Algumas dessas memórias são adquiridas em segundos (a da tomada, a da flor), outras em semanas (andar de bicicleta), outras em anos (a Medicina). Umas são muito visuais (a casa da infância), outras, só olfativas (a do perfume da flor), (...) Algumas dão prazer; outras são terríveis. (IZQUIERDO, 2002, p.9)

A lembrança, através da experiência da punição, vivida na obra de Hawthorne é para causar dor em quem vê o sofrimento da adúltera (memória visual). Ao sentir um cheiro específico, ao ver alguma coisa, nossa memória tende a associá-lo a algo vivido. E isso ocorre com Defred quando se lembra de seu esposo Luke e do perfume dele, “Opium” (memória olfativa). O banho Ihe faz lembrar a filha por causa do cheiro, uma vez que elas costumavam banharem-se juntas. Sente-se feliz, mas ao mesmo tempo freia a recordação no momento em que sua mente passa a pensar coisas ruins, levando-a a suprimir tais pensamentos.

Essa experiência é explicada por Izquierdo (2004) que diz que há duas maneiras de suprimir da memória fatos desagradáveis. Uma delas chamada de Extinção e a outra de Repressão. A primeira descrita há um século pelo fisiologista russo Ivan Pavlov e a segunda por Freud, um pouco mais tarde. “A extinção se deve à repetição de um estímulo que alguma vez foi associado com outro de valor biológico, sem associá-lo mais com este” (IZQUIERDO, 2004, p. 43).

Izquierdo (2004) exemplifica a “extinção” da seguinte forma: se um cachorro for estimulado a escutar uma campainha e logo Ihe for entregue sua comida, de modo que isso seja feito repetidas vezes, é provável que todas as vezes que o cão escutar a campainha ele irá salivar, mas se os dois estímulos forem apresentados sem associação, o animal passará a considerar que não terá mais a comida quando a campainha tocar, portanto não mais salivará. Voltando a salivar se depois de algum tempo ele ouvir novamente a campainha, pois gravou na memória que a

campainha pode lhe trazer comida, isso se chama “recuperação espontânea”, que é característica da extinção.

A repressão da memória “é um mecanismo também ativo que usamos para reduzir ou suprimir memórias que preferimos não lembrar: por exemplo, acontecimentos desagradáveis, como a dor, a vergonha e a humilhação” (IZAQUIERDO, 2004, p. 45). São sensações associadas ao que pessoas vítimas de abusos sexuais e psicológicos sentem, caso da serva Defred que é submetida à cerimônia, no qual ela senta com toda a família do comandante e seus criados para ouvi-lo ler a Bíblia, pregá-la e depois subir ao seu quarto para tomá-la sexualmente. As duas (esposa e aia) vestidas, não há nudez:

Acima de mim, perto da cabeceira da cama, Serena Joy está preparada, estendida. Suas pernas estão abertas e eu me deito entre elas, com a cabeça sobre a sua barriga e seu púbis sob a minha nuca, suas coxas de um e outro lado meu. Ela também está inteiramente vestida. Meus braços estão levantados; ela segura as minhas mãos, cada mão segura uma das minhas. Isto pretende demonstrar que somos uma mesma carne, um mesmo ser [...] Minha saia vermelha está arregaçada até a cintura, apenas. Abaixo dela, o Comandante fode. O que ele fode é a parte inferior do meu corpo. Não digo que faço amor, pois não é o que faz. Copular também seria inexato [...] Nem estupro refletiria a verdade: nada se faz aqui sem a minha anuência. A escolha não era muita, mas havia alguma; e foi isso que escolhi. (ATWOOD, 1987, p. 104)

A submissão da aia é expressa em seu relato, em sua escolha. Deve, tem que ser submissa e se deixar ser usada e abusada sexualmente, por conseguinte, psicologicamente. A memória desses abusos pode permanecer em sua mente e incomodá-la futuramente. Segundo dito por Izquierdo (2004), ela pode fazer uso da Repressão para não relembrar constantemente:

Em resumo a supressão de memórias desnecessárias ou indesejadas cumpre várias funções fisiológicas e necessárias para a sobrevivência. Justamente por ter um maior conteúdo emocional, as memórias desagradáveis (do medo, das humilhações, dos enterros, dos fracassos) têm tendência a ser gravadas de forma mais indelével. (...) as memórias das estratégias para fugir do medo ou para situações perigosas, por exemplo, cumprem uma função vital; sem elas viveríamos em risco permanente. (IZQUIERDO, 2004, p. 47)

Sendo assim, então recordar momentos bons faz bem para a saúde. O esquecimento também é bom para a saúde, ele é bom e ruim: bom para as lembranças de memórias que trazem dolorosas recordações e ruim para quem perde a memória. E perder a memória é característica de todos os seres vivos individual ou coletivamente.

Diz muitas vezes que os brasileiros não têm memória. É verdade, mas a maioria dos povos também não tem. O passado virou, para todos, um *continuum* interessante e, não raro, heroico. Por exemplo, tanto brasileiros como ingleses costumam esquecer em quem votaram nas últimas eleições. (IZQUIERDO, 2004, p. 65)

A coletividade tende a se comportar como o indivíduo que faz parte dela. Como as pessoas possuem memória, a sociedade na qual integra também a possui. A memória coletiva nacional é representada através de registros históricos escritos, gravados em imagens através da fotografia ou da filmagem e são expostos ao ar livre no caso das estátuas dos mártires históricos, heróis militares que mesmo tendo tido atitudes ruins são apresentados como pessoas importantes, que transmitem a ideia de ser um modelo para a população.

Em Gilead, o modelo a ser seguido é um modelo de obediência aos militares, como em uma ditadura. Se você não obedece, você é banido do convívio social normal, sendo levado às colônias ou punido com a morte. Não há menção alguma de haver prisões em tal lugar, como se observa a seguir:

Na semana passada fuzilaram uma mulher, aqui mesmo, neste lugar. Era uma Marta. Atrapalhara-se ao procurar o seu passe na túnica, e eles pensaram que estivesse acionando uma bomba. Acharam que era um homem disfarçado. Tem acontecido esse tipo de incidente. (ATWOOD, 1987, p. 27)

Em outro trecho, há um diálogo entre as duas martas que trabalham para o comandante Fred, uma delas diz que foi um acidente e a outra retruca dizendo que isso não existe, que tudo seria intencional. Provavelmente para mostrar-lhe que aquela empregada fez algo de errado e foi morta por causa disso, logo podendo acontecer a qualquer uma que agisse da mesma forma, registrando assim em sua mente a mensagem sobre quem tem o poder e quem deve obedecer, fazendo com que esqueçam as memórias sobre liberdade e direitos individuais.

Em vários momentos, em A História da Aia, observa-se a manipulação da memória da população para esquecer o tempo da liberdade e conscientizar-se do presente opressor, de modo que esse seja interpretado como modelo ideal. Uma mentira exposta como se fosse uma verdade. Método usado por muitos líderes como Hitler, que dizia que “uma mentira, se suficientemente repetida, faz com que os povos esqueçam a verdade” (IZQUIERDO, 2004, p. 70).

Deste modo, Hitler convenceu o povo Alemão de que a raça deles (Ariana) era a mais pura e que as outras teriam que ser sacrificadas. Assim, para começar seu Império, ele escolheu o povo que apresentava mais posses na Alemanha, os Judeus. Em Gilead, os comandantes tentam convencer a população como ditadores, com muita imposição de poder e a população mais condenada e sofrida é a feminina. As mulheres são traumatizadas, violentadas e destinadas a uma vida imposta, planejada detalhadamente pelo sexo oposto, que não a compreende e que a leva a acumular sequelas que permanecerão em seus cérebros, meio esquecidas na mente de seus algozes, pois:

A recordação de um trauma, sofrido ou infligido, é também traumática, porque evoca-la dói ou pelo menos perturba: quem foi ferido tende a cancelar a recordação para não renovar a dor; quem feriu expulsa a recordação até as camadas profundas para dela se livrar, para atenuar seu sentimento de culpa (LEVI, 1990, p. 10).

Quem ofende alguém levando essa pessoa a criar um trauma tende a esquecer do que fez. Quando não, sua dor não se compara a de quem foi ofendido. Quem é atingido tende a retrair seu pensamento para não se lamentar mais. A memória de Defred vaga entrelaçada nessas recordações que a fazem mal, mas ela prefere divagar sobre o que a faz bem, porque o bem é melhor e lhe traz a esperança de sobrevivência, de futuro, de respeito a sua individualidade, a sua vida, mas especialmente a sua identidade: identidade feminina e individual.

4 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE EM A HISTÓRIA DA AIA

A identidade feminina sofreu algumas modificações desde a pré-história, tendo permanecido a mesma por um longo período de tempo nas sociedades patriarcais, que influenciam até hoje o comportamento feminino, caracterizado pela inferioridade das mulheres em relação aos homens. No patriarcalismo, as mulheres são criadas para serem mulheres, ou seja, para exprimirem papéis femininos, tais quais cuidar do lar e da família, comportar-se de maneira feminina tanto dentro de casa como no meio da sociedade. À menina é dada a boneca, porque futuramente será mãe. Então deve se acostumar com a ideia de que ela nasceu para ser mãe e cuidar de uma família. Se não o fizer, estará negando a sua identidade feminina. E em A história da aia é o comportamento reto imposto às mulheres que as fazem sobreviver.

4.1 A identidade de gênero nas sociedades patriarcais e na pós-modernidade

O movimento feminista como descrito no primeiro capítulo, reivindicava primeiramente direitos iguais para homens e mulheres, tanto na esfera doméstica como na pública. “O feminismo questionou a noção de que os homens e as mulheres eram parte da mesma identidade – a “humanidade” –, substituindo-a pela *questão da diferença sexual*” (HALL, 2014, p. 28), que descrevia inicialmente as identidades como sendo duas: masculina e feminina. Para Hall (2014, p.27):

O feminismo faz parte daquele grupo de “novos movimentos sociais” que emergiram durante os anos 60 – o grande marco da modernidade tardia -,
 (...) Cada movimento apelava para a *identidade social* de seus sustentadores. Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e às lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas, e assim por diante. Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a *política de identidade* – uma identidade para cada movimento.

Inspirada pela luta de classes, a escritora e precursora do feminismo, Simone de Beauvoir (2009), estudiosa do existencialismo de Jean Paul Sartre, era consciente da condição feminina do século XX. Ela disse que os homens tinham

mais vantagens e que sempre fora assim, mesmo as mulheres tendo direitos reconhecidos por lei, eles eram mal reconhecidos na prática. O que está expresso no seguinte trecho de *O segundo Sexo*:

Os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado *handcap*¹¹. (...) Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta. Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito do que suas concorrentes recém-chegadas. (BEAUVOIR, 2009, p. 21)

Visto desta forma, a mulher da era feminista do meio do século XX se via em desvantagem em relação ao homem, tanto na esfera pública, recebendo menores salários, como na privada, tendo que trabalhar fora e dentro de casa administrando o lar e a criação dos filhos.

Com seu feminismo radical e reivindicativo, a filósofa francesa sugere que as mulheres devem renunciar o que limita mais a sua vida moderna: a gravidez e a criação dos filhos, mostrando que “a gestação é um trabalho cansativo que não traz à mulher nenhum benefício individual e exige, ao contrário, pesados sacrifícios” (BEAUVOIR, 2009, p. 21). A autora justifica sua observação mencionando a história, ou melhor a pré-história, quando as mulheres não faziam muitas coisas porque viviam grávidas. Ela até discorda da teoria da sociedade matriarcal primitiva, exposta no primeiro capítulo dessa dissertação, dizendo que a sociedade sempre foi masculina e o poder sempre esteve nas mãos dos homens e que, na pré-história, a mulher deusa só reinou porque os homens morriam de medo e não de amores pelas mulheres. “Era no terror e não no amor que ele lhe rendia o culto” (BEAUVOIR, 2009, p. 116).

De fato, a gravidez não trazia muitas vantagens físicas às mulheres e a limitava por muito tempo com os cuidados para com o bebê. Mas, apesar de aconselhar as mulheres a não ter filhos, Beauvoir (2009, p. 21) explica que a desvantagem física é proporcionalmente contrária à vantagem psicológica. O

¹¹ Segundo Marques & Draper (2004, p. 141) *Handcap* é uma “desvantagem imposta a competidor mais forte”.

benefício da gravidez é psicológico. A mulher que deseja ter filhos se sente muito bem com tal acontecimento.

O fato de poder evitar a gravidez influenciou muitas mulheres no século passado e ainda influencia, mas não faz mais parte do que a mulher pós-moderna busca. A mulher atual quer ter filhos, um companheiro e uma carreira. Encontra-se muito sobrecarregada para ter os três, mas mesmo assim é o que ela almeja. O homem atual a ajuda mais do que o fazia no passado, e a criação ainda é direcionada à lei do pai, pois “mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca” (SAFFIOTI, 2004, p. 102). Desempenham as funções deles do mesmo modo que eles o fazem quando são presentes.

Portanto, é ao homem que cabe a responsabilidade final pela educação e o bem-estar que, elevados à categoria de disciplinas, deixam de ser mera prática transmitida por vias tradicionais. A mulher é restringida ao espaço doméstico, onde atende às necessidades físicas dos filhos durante o período em que vivem subjugados pela natureza. (FRANCO, 1994, p.108)

Sendo assim, ainda vivemos o patriarcalismo ao se falar em gravidez, cuidados pós-parto e criação. A necessidade de a mãe ficar ao lado do recém-nascido sem ter como se distanciar para cuidar de seus próprios interesses fez a mulher demonstrar fragilidade em relação aos homens que, por sua vez, sempre tiveram liberdade para fazer o que quisessem em qualquer fase da vida. Com tal poder, somados a outros tantos, o homem sai em vantagem social com o favorecimento desigual em relação a mulher até hoje.

As desigualdades têm sido tratadas, na antropologia, a partir de suas perspectivas. Em primeiro lugar, tem-se argumentado que a desigualdade de gênero está ligada à tendência a identificar as mulheres com a natureza e os homens com a cultura (a oposição fundamental, aquela que Lévi-Strauss toma como base da vida social). A segunda posição centra-se nas estruturas sociais: aqui as mulheres são identificadas com a arena privada da casa e das relações pessoais e os homens com a arena pública do comércio, da produção e da política. (SILVA, 2000, p. 52-53).

Este pensamento ainda hoje, em pleno século XXI, mantém-se vivo. As mulheres ainda são identificadas como sendo para dentro de casa e não para o

espaço público, é o modelo da sociedade patriarcal que deixa sequelas até hoje. Para que a mulher supere tal modelo e assuma mais controle social, precisará se dedicar mais aos estudos, carreiras e reivindicações. A luta do sujeito feminino é sempre maior que a do masculino. Semelhante a essa luta contra o patriarcado, tem-se a luta dos homossexuais, pois, para Saffioti (2004), até eles estão sob a lei do patriarcado:

Pessoas podem se situar fora do esquema de dominação-exploração das classes sociais ou do de raça/etnia. Ninguém, nem mesmo homossexuais masculinos e femininos, travestis e transgêneros, fica fora do esquema de gênero patriarcal. (SAFFIOTI, 2004, p. 122)

A identidade de gênero é definida inicialmente fazendo referência ao órgão sexual com o qual o ser humano nasce. Após sua convivência social, primeiro com sua família, depois com as outras pessoas, há uma possibilidade de o indivíduo perceber que sua identidade pode ser definida de acordo com o meio social e não com a sua aparência física. Para Judith Butler (2013, p.4), o “gênero não é um problema do campo da ‘sexualidade’, é um problema político e, mais perigosamente, um problema ontológico”, ou seja, postulou-se há muitos anos atrás que se o ser humano nascesse com um pênis seria chamado de homem e de mulher se nascesse com uma vagina representando o órgão sexual. A forma de identidade de gênero inicial vem sendo contestada nos últimos anos, como explica Saffioti (2004, p.108):

A elaboração social do sexo (SAFFIOTI, 1969a) deve mesmo ser ressaltada, sem, contudo, gerar a dicotomia sexo e gênero, um situado na biologia, na natureza, outro, na sociedade, na cultura. É possível trilhar caminhos para eliminar esta dualidade. Algumas poucas teorias já formuladas têm tratado de fugir das teorias cartesianas, com certo êxito. Um grande contingente de feministas, mulheres e homens, tem combatido o raciocínio dualista, o que já representa algo.

Uma dessas teóricas feministas que tem escrito e contestado o raciocínio dualista de gênero e que pensa como Saffioti, quando distingue sexo de gênero é a americana Judith Butler. As duas acreditam que sexo está associado à questões biológicas e gênero à construções sócias. Surgindo assim gêneros que se

encontram entre o sexo masculino e feminino. É o caso dos homossexuais, bissexual, transgêneros e pansexual.

A identidade “se estrutura através da interação do sujeito com a sociedade, evidenciando-se essa interação por meio das práticas sociais, as quais lhe conferem um caráter polifônico” (ZINANI, 2006, p. 51). Sendo assim, há na sociedade muitas identidades que têm vozes. Portanto, cada classe social apresenta uma identidade específica, com características específicas dentro do corpo social, pois a identidade faz parte da concepção cultural, é a constituição da sociedade e nela se faz mais presente.

Como mencionado por Hall (2014), há várias identidades que reivindicam destaque social na atualidade: a feminina com a questão dos direitos iguais no trabalho e remuneração desse; a dos negros que, apesar de ter conquistado os mesmos direitos dos brancos, ainda sofrem racismo; e a dos homossexuais que reivindicam o casamento homo afetivo, mas principalmente respeito à sua identidade, pois são os mais discriminados dentre os três supracitados, talvez porque foram os últimos, a reivindicar direitos, pois se escondiam muito para não sofrerem, mas com os estudos científicos no campo fisiológico, psicológico e social, bem como estudos de gênero e identidades, puderam entender seus corpos e mentes e terem coragem de se expor e reivindicar direitos.

4. 2 As identidades da aia Defred

O tempo presente em A História da Aia é representado no futuro, a sociedade se tornou rígida e conservadora retroagindo à época bíblica, consequência da modernidade tardia que possui um carácter muito específico.

Como Marx disse sobre a modernidade, “[é o] permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos. ...Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar. (MARX & ENGELS, 1973, p. 70 *apud* HALL, 2014, p. 12)

Por serem considerados muito confusos, bagunçados e frágeis, os aspectos da pós-modernidade são julgados como algo ruim na obra de Atwood, eles são consideravelmente criticados, como é característico da distopia. É como se fosse algo que se não for consertado atualmente pode vir a se transformar em um futuro não desejado, como na obra. O comandante Fred fala sobre isso com a aia no seguinte trecho:

Nós lhes demos mais do que lhes tiramos, diz o Comandante. Pense só nos problemas que enfrentavam antes. Não se lembra dos *singles bars*, da indignidade dos programas adolescentes, quando saíam com rapazes que nunca tinham visto antes? Um mercado de carne. Não se lembra do terrível abismo entre as que conseguiam um homem com facilidade e as que não conseguiam? Algumas ficavam desesperadas, se matavam de fome para emagrecer, ou então entupiam os seios de silicone, mutilavam o nariz. Pense em quanta miséria humana! (ATWOOD, 1987, p. 234)

O comandante Fred descreve as mulheres na pós-modernidade e justifica o bem que eles (comandantes) fizeram a elas nesse contexto futurista. Pois na concepção machista e retrógrada, a mulher só é feliz se for coordenada por um homem. Ou melhor, por um príncipe encantado dos contos de fadas, concepção conhecidamente pife na pós-modernidade, mas natural nas sociedades patriarcais tanto da realidade como da ficção.

O patriarca relata no trecho acima sobre a identidade feminina na modernidade tardia para lembrar a aia do quanto a mulher era infeliz quando vivia por conta própria. Esse ato de lembrar é um exercício de memorização, de não esquecimento de algo importante para nós. “[...] A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva [...]” (POLLAK, 1992, p. 204), pois a identidade só é recordada se houver memória dela. Para Izquierdo (2002, p.2):

“Memória” é a aquisição, a formação, a conservação e a evocação de informações. A aquisição é também chamada de aprendizagem: só se “grava” aquilo que foi aprendido. A evocação é também chamada de recordação, lembrança, recuperação (...).

Podemos afirmar que somos aquilo que recordamos, literalmente. (...) O acervo de nossas memórias faz com que cada um de nós seja

o que é, com que sejamos, cada um, um indivíduo, um ser para o qual não existe outro idêntico.

Segundo Machado, Silva e Amorim (2010), não há seres idênticos, há aparências semelhantes, como é o caso de irmãos gêmeos. Cada um tem um código genético diferente chamado de DNA (ácido desoxirribonucleico) que “é visto por muitos como a “verdadeira” base da identidade humana, por se tratar de uma estrutura biológica, em princípio, única em cada indivíduo” (Machado; Silva & Amorim, 2010, p. 537).

Como as pessoas não podem ser chamadas socialmente por seu código genético, é dado a ele pelos pais ou responsáveis um nome, e através desse nome é que esse indivíduo se identifica na sociedade. Deste modo é que ele se percebe e se faz percebido. Pollak (1992) fala em relação à memória e o sentimento de identidade sobre:

o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, p. 204-205).

Então, o nome faz parte da construção dessa imagem percebida pela própria pessoa e ele representa a maneira com a qual essa pessoa se apresenta ao meio social. O nome é a identificação social obrigatória, é para a pessoa o sentido de si, para si e para uma sociedade. A perda ou esquecimento de seu próprio nome pode acarretar problemas psicológicos e sociais para uma pessoa.

Em A História da Aia, Defred procura manter em sua memória seu próprio nome, pois ele lhe fora negado, sente falta de ser chamada por esse nome, de ser tratada socialmente como era há algum tempo atrás. Em seus relatos, ela faz o seguinte apelo:

Quero ser abraçada e chamada pelo meu nome. Quero ser valorizada de uma forma que não sou; quero ser mais do que simplesmente valiosa. Repito meu antigo nome e me lembro de tudo que um dia eu podia fazer, de como os outros me viam. (ATWOOD, 1987, p. 108)

As identidades das Aias, em Gilead, dependem do comandante a quem elas servem. Como Defred é do comandante Fred, Deglen do comandante Glen e De Warren do comandante Warren. Como observado no trecho abaixo:

As mulheres na loja cochicham, por pouco não falam alto, tamanho é o alvoroço.

- Quem é ela? – ouço atrás de mim.

- Dewayne. Não. Dewarren. (ATWOOD, 1987, p. 33).

Especula-se muito sobre o real nome da aia protagonista. Na tradução cinematográfica, lançada em 1990, por Volker Schlöndorff, ela é identificada como Kate, mas em momento algum esse nome é revelado no texto de Atwood, nem um outro a não ser Defred. Alguns nomes mencionados no início são identificados ao longo da história, mas não o dela:

Aprendemos a sussurrar quase sem emitir sons. Na penumbra, quando as Tias não estavam olhando, estendíamos os braços e nos tocávamos as mãos através do espaço. Aprendemos a leitura labial, apertando a cabeça na cama, viradas de lado, uma observando a boca da outra. Desta forma, trocávamos nomes, de cama em cama:

Alma. Janine. Dolores. Moira. June. (ATWOOD, 1987, p. 10)

Alma é a aia com a qual Defred se comunica durante a época que passa no Centro Vermelho e depois na casa do Comandante Warren, quando todas as esposas de comandantes e aias se reúnem para presenciar Janine dando à luz ao bebê da família Warren. O trecho a seguir ilustra o momento no qual o nome Alma aparece:

Recebo um copo e me viro para passa-lo para outra, e a mulher ao meu lado me diz, ao pé do ouvido:

- Você está procurando alguém?

- Moira – respondo, também em voz baixa. – Cabelos escuros, sardenta.

- Não – diz a mulher. – Não a conheço, ela não esteve comigo no Centro, embora a tenha visto fazendo compras. – Mas vou ficar de olho para você.

- Você é quem mesmo? – pergunto.

- Alma – diz ela. – Qual o seu verdadeiro nome? (ATWOOD, 1987, p. 134)

Janine é a primeira e única aia que engravida e tem um bebê no livro. É tida como a queridinha das tias, pois mostra-se muito obediente e consciente de sua

nova formação e identidade feminina. Muito mencionada, mostra-se frágil e por vezes desequilibrada psicologicamente. Sua primeira aparição é durante um dia de compras de Defred e Deglen:

Enquanto esperamos na fila dupla, a porta se abre e mais duas mulheres entram, (...). Uma delas está gritantemente grávida; seu ventre sob a túnica solta, é um balão triunfal. (...) Ela é para nós uma presença mágica, um objeto de inveja e de desejo, o alvo da nossa cobiça. (...) Quando passo, ela me olha em cheio nos olhos, e eu percebo quem é. Esteve comigo no Centro Vermelho, uma das queridinhas da Tia Lydia. Jamais gostei dela. Seu nome, naqueles tempos, era Janine. (ATWOOD, 1987, p. 34)

O nome de Dolores é mencionado no capítulo vinte e dois como informante, com notícias sobre as aias que fizeram parte da “turma de formação” de Defred no Centro Raquel e Lia. Como descreve o seguinte trecho, sobre as notícias de Moira: “Uma parte eu sei por mim mesma, a outra parte eu ouvi de Alma, que ouviu de Dolores, que ouviu de Janine, Janine a ouviu de Tia Lydia” (ATWOOD, 1987, p. 139).

O nome de Moira é presente na maioria dos capítulos, pois é a melhor amiga de Defred e é a única que consegue fugir do Centro Vermelho para tentar viver livre. Possui atitudes de mulheres subversivas, recusa-se a servir ao regime. É vista se prostituindo no Castelo de Jezebel, porque acha melhor do que ser enclausurada na casa de algum comandante. Além de tudo é lésbica, prática condenável em Gilead.

Por fim, o nome June, que não é mencionado na obra em lugar algum. Causando no leitor a impressão de que seja a verdadeira identidade da narradora. Mas não há nenhum indício que comprove isso, somente a data de 25 de junho de 2195, na qual há uma palestra feita pelo professor James Darcy Peixoto na Universidade de Denay, em Nunavit, falando sobre o histórico do livro e estudos sobre Gilead. Esse evento é descrito no final do último capítulo, como algo que acontecerá há exatamente 120 anos da publicação do livro de Atwood.

Até então não se sabe o verdadeiro nome de Defred. Nome que ela tem como um amuleto, que possui um valor inestimável. A identidade feminina da aia nessa sociedade é desempenhada de acordo com costumes tradicionais e antigos que se caracterizam por ter o controle do homem em detrimento da mulher.

Para eles, em Gilead, as mulheres devem servi-los em casa como esposa, como serva para procriar, como criada para cuidar das tarefas domésticas. Sem contato direto com o mundo afora, não podem trabalhar além da esfera doméstica, nem se envolver com o sexo oposto, nem ao menos visualizá-lo diretamente, como é ilustrado a seguir:

Ele olha para mim e me pega olhando para ele. Tem cara de francês, uma cara magra, sonhadora, cheia de planos e ângulos, com linhas que lhe definem a boca quando sorri (...). Depois, pisca o olho para mim.

Abaixo a cabeça e viro-lhe as costas, para que as aletas brancas escondam o meu rosto, e continuo a caminhar. Ele acaba de correr um risco, mas ... para quê? E se eu desse parte dele? (ATWOOD, 1987, 24)

Até a indumentária das aias são confeccionadas para que elas não tenham nenhum contato visual com pessoas não autorizadas, principalmente com homens. As aletas dos chapéus cobrem o seu campo de visão e ela deve sempre olhar para baixo para evitar que olhos curiosos como os seus e os dos outros se cruzem. É por causa dessa atmosfera de diferença social entre homens e mulheres que a obra é um exemplo relevante a ser estudado. Pois expressa a identidade feminina fragilizada pela imposição masculina das sociedades históricas e patriarcais.

Para ter-se uma ideia melhor, tal assunto é expresso no primeiro capítulo deste trabalho com o histórico sobre a vida da mulher em sociedade e sua relação com o gênero masculino, descrevendo como ela se apresenta e como sua identidade fora construída.

O sujeito pós-moderno de Stuart Hall (2014) assume identidades variadas em épocas diferentes, quando possui autonomia para se integrar socialmente, assume a identidade com a qual tem afinidade em cada fase de sua vida. No caso de Defred, ela não possui nenhuma afinidade com sua identidade atual, sente-se mal por não ser chamada pelo seu nome, por não saber o que lhe identifica dentro da casa do comandante. Não sabe se é amante, não sabe se é só criada, será se é uma segunda esposa?

O estado de segunda esposa parece marginal, tendo em conta estes estados tão distintos que são a rapariga [*sic!*], a mulher casada, a

amante ilegítima e a solteirona. Mas a sua proximidade jurídica com o lugar da primeira – uma e outra são esposas legítimas -, ao mesmo tempo que a sua proximidade hierárquica com o estado de segunda – com quem partilha o sentimento de inferioridade a respeito da primeira – constituem uma situação perturbada, propícia à exacerbação de uma crise identitária. (HEINICH, 1998)

A identidade da amante pode causar uma crise identitária, pois ela não sabe se é esposa, se é solteira. Se seu status é legal ou ilegal, por vezes pode ser vista como segunda esposa, mas com direitos bem mais limitados em relação à primeira. Defred tem crises identitárias variadas, desde a questão da omissão de seu verdadeiro nome, como também a questão de adotar um nome diferente sempre dependente de outrem e em tempos diferentes, ou seja, ela nunca é ela mesma, é sempre DE alguém, tanto fisicamente quanto identitariamente.

Por fim, ela possui outro problema de identidade, a questão relacional tripla a qual é submetida. Não sabe se é amante, pois seu comandante quer encontrá-la às escondidas, longe de sua esposa. Não sabe se é serva empregada, pois tem que fazer as compras da casa, mas não faz as tarefas domésticas, o que poderia caracterizar também com as funções de primeira esposa. E, por último, ser serva para procriar, que no final é a identidade a qual mais sente pertencer, por não sentir vontade e amor suficiente para ser segunda esposa ou amante do comandante.

A questão identitária de Defred é angustiante, pois de todas as formas ela tenta se identificar para entender o que acontece com ela, mas no final ela nunca consegue saber que nome ela tem. O nome que usava antes de ser capturada não é mais o seu nome, mesmo ela julgando ser importante não o esquecer. Também não sabe se é Defred, pois terá esse nome somente enquanto estiver com o comandante Fred. Não sabe se é amante, segunda esposa ou criada. Só sabe que tem que obedecer ao ser chamada e identificada com o nome que a sociedade Gileadana lhe disser que tem. Talvez Defred represente o futuro da identidade pós-moderna fragmentada do que trata Stuart Hall, onde o indivíduo sente que tem muitas identidades e ao mesmo tempo não possui nenhuma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto nesse trabalho, pode-se observar o quanto a temática feminina é abrangente e relevante para a conjuntura atual de emancipação da mulher em relação a sua vida pessoal e a sua escrita. As lutas implementadas por esse gênero tão discriminado, violentado e silenciado ao longo da história é resultado da percepção de força que o sujeito feminino imaginava ter e que provou ter, pois deixaram de aceitar a dominação do sexo masculino, mesmo ainda vivendo com resquícios do patriarcalismo e debaixo de violência física e simbólica. Demonstraram possuir intelecto, voz para dissertar sobre sua sexualidade, identidade e complexidade de gênero.

Os estudos demonstrados aqui mostram que o sexo feminino pode desenvolver cada vez mais seu poder de inteligência, sexualidade e economicidade. A mulher sabe escrever bem sobre qualquer tema, sabe trabalhar bem sob qualquer circunstância e ainda assim sabe cuidar de sua vida pessoal e de sua casa muito bem, e até melhor, na maioria dos casos, do que os homens que as circundam.

A identidade feminina exposta em textos Ginocríticos é de grande influência para a memorização do valor inestimável que o sujeito feminino representa em sociedade. Inspira grupos discriminados pela questão de gênero, no caso dos homossexuais e transgêneros e forma uma corrente de ajuda mútua entre essas minorias.

Baseando-se no histórico da mulher, na sua evolução intelectual e social, conquistado ao longo dos anos, surgiram muitos escritos femininos e escritoras (mulheres). A escrita sendo algo sobre elas e feito por elas e por homens, como observado por Lúcia Castello Branco em *O que é Escrita Feminina* (1991), e as escritoras que escrevem sobre mulheres. Florescendo daí dois ramos da crítica literária: a Escrita Feminina e a Ginocrítica, que ajudaram nas observações apresentadas por essa dissertação sobre o texto de Margaret Atwood chamado *A História da Aia*, obra muito significativa em relação à questão feminina e seu futuro, na literatura e na sociedade.

A mulher escritora conquistou seu espaço, é ativa, independente e consciente, sabe que é capaz de fazer obras tão notáveis quanto as que os homens fazem, não se detém pelas críticas sexistas e ainda abre espaço para muitas discussões sobre toda espécie de assunto. Com o conhecimento adquirido através de estudos, ela expõe sua fragilidade para apresentar reflexões e para escrever sobre si e sobre “se”, sobre si num contexto não desejado, como o exposto em *A História da aia*, e sobre “se” esse contexto pode vir a existir.

Conclui-se que mesmo as mulheres apresentando desvantagens biológicas em relação aos homens, mesmo sendo reprimidas por eles quer em casa ou na esfera pública, utilizando-se da religião e do poder físico para isso e resultando no retraimento delas em algumas vezes, elas sempre foram providas da mesma capacidade e inteligência que eles. E se mesmo assim nos deparamos com textos sobre temas relacionados ao patriarcalismo, é porque a mulher ainda reconhece que vive sob o jugo deste e usa a escrita para alertar a nova geração de feministas contra tal sistema.

É isso o que Margaret Atwood faz com *A História da Aia*. Sua narrativa nos convoca a refletir sobre o futuro que queremos ter, futuro sem patriarcado, opressão, violência nem submissão. Futuro de igualdade entre o masculino e o feminino, igualdade também entre os gêneros que possam vir entre esses dois. Um futuro não utópico (perfeito, pois é impossível), nem distópico (não desejado), mas um futuro bom para todos. Um futuro em que haja mais mulheres escritoras. Que possuam poder de argumento e crítica sobre o ser social fragmentado da pós-modernidade e sobre como esse ser pode se apresentar nas próximas décadas, que memória ele deixa para reflexões e posteriores ações.

A memória coletiva e individual apresentada por Atwood na obra analisada nessa dissertação tem influência sobre o leitor a partir do momento em que ele reflete sobre a condição social que já viveu, vive e na qual está construindo para o futuro, seja ele homem ou mulher. *A História da Aia* é um alerta, um aviso para a geração desde os anos 80 transformar o mundo, valorizar o feminino e provar que mulher sabe escrever ficção e o mais importante, uma ficção de boa qualidade.

Uma ficção baseada na criatividade, segundo Virginia Woolf ensaiou em *Um Teto Todo Seu* (2014), algo que impulsiona a evolução humana e tecnológica. Elementos que devem ser levados por caminhos que incentivem a igualdade entre os seres humanos, pois esse é o objetivo principal ao se escrever sobre relações de gêneros. Igualdade que não deve ser considerada utópica, e sim alcançável. Alcançável através do respeito às identidades de gênero e do reconhecimento do talento que cada um tem ao expor o que pensa.

A libertação experimentada pela aia Defred por meio de suas lembranças na obra representa o medo do sujeito feminino de se expressar, medo muito comum nas sociedades patriarcais. Como ela não podia ser quem ela era ou queria continuar sendo, ela relembra o que ela era e como ela gostava de ser quem era: livre, respeitada e amada.

A sua verdadeira identidade é importante e não poderia ser esquecida. Até pode ser esquecida para a nova sociedade de Gilead, mas não para ela, por isso é mantida como um segredo. A identidade da Aia representa a liberdade que ela possui de ser quem era no passado e no presente a qualquer instante que decidia lembrar-se dela.

Ao dar o nome dos comandantes às aias, ou melhor, representá-las como sendo de posse deles, Margaret Atwood mostra que as mulheres não têm vez quando são os homens quem tomam o controle da situação. Representa fielmente a submissão na qual o ser feminino não deseja jamais viver e faz refletir sobre a maldade e sofrimento que a disputa de classes causa em cada pessoa.

A História da Aia é uma escrita de resistência além de ser um alerta. Resiste ao patriarcado expondo como ele prejudica a atualidade e pode prejudicar ainda mais futuramente. Representa também uma hostilidade de Atwood às várias coisas que lhe causam desafeto, como a cultura americana, a submissão do sexo feminino pelo patriarcado e o preconceito contra os homossexuais. Demonstrando que ela conhece muito bem a conjuntura pós-moderna em relação às questões de gênero, sugerindo não diretamente, mas adequadamente o modo como devemos agir para que o futuro dos gêneros não seja desumano, como é o futuro representado em seu livro.

REFERÊNCIAS

- ALMINO, João. *Utopia/ Tomas More; prefácio: João Almino*. Trad. Anah de Melo Franco. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- AMORIM, Antônio; SILVA, Susana; MACHADO, Helena. Políticas de identidade: perfil de DNA e a identidade genético-criminal. *Análise Social*, vol. XLV (196), 2010.
- ARAÚJO, Rogério Bianchi de. A revolução tecnocientífica e a distopia no imaginário ocidental. *Revista Brasileira de Ciências, Tecnologia e Sociedade*, v. 2, n. 1, p. 2-11, jan-jun, 2011.
- ATWOOD, Margaret Eleanor. *A história da Aia*. São Paulo: Marco Zero, 1987.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo Vol. Único*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- GÊNESIS. Português. In: *Bíblia sagrada*. São Paulo: Editora Vida, 2003, p.1-58.
- BONNICI, Thomas. *Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências*. Maringá: Eduem, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRANCO, Lúcia Castello. *O que é escrita feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- DOSSIÊ LITERATURA DE MINORIAS E MARGENS DA HISTÓRIA. *Revista Eletrônica Literatura E Autoritarismo*. nov, 2010.
- FRANCISCO, Wagner De Cerqueria E. "Big Bang - A Teoria do Big Bang"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/geografia/big-bang.htm>>. Acesso em 30 de setembro de 2015.
- FRANCO, Jean. Sentido e sensualidade: Notas sobre a formação nacional. In: *Tendências e Impasses: O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- FREUD, Sigmund. *Conferências introdutórias sobre psicanálise (Parte II)*. Trad. José Luís Meurer. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1976.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- HEINICH, Nathalie. *Estados da mulher: a identidade feminina na ficção ocidental*. Lisboa: Editora Estampa, 1998.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Feminismo em tempos pós-modernos. In: *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- IZQUIERDO, Ivan. *Memória*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- _____. *Questões sobre Memória*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- _____. *A arte de esquecer: cérebro, memória e esquecimento*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.
- LE GOFF, J. *Memória*. In: *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.
- LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Trad. Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa. *Dicionário da crítica feminista*. Porto: Edições Afrontamento, 2005.
- MARQUES, Amadeu; DRAPER, David. *Dicionário inglês-português, português-inglês*. São Paulo: Editora Ática, 2004.
- MILL, John Stuart. *A Sujeição das Mulheres*. Trad. Débora Ginza. São Paulo: Editora Escala, 2006.
- MURARO, Rose Marie. Breve introdução histórica. In: *O martelo das feiticeiras*. Trad. Paulo Fróes. 22. ed. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2011.
- NASH, Mary. *As mulheres no mundo – história, desafios e movimentos*. Trad. Liliana Pereira. Rio de Janeiro: Ausência. 2005.
- NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000.
- NISCHIK, Reingard M. *Margaret Atwood: works and Impact*. Rochester, New York: Camden House, 2000.
- NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2. ed. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2012.
- POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In: *Estudos Históricas*. Rio de

Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989/3.

ROCHA, Patrícia. *Mulheres sob todas as luzes: a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado*. Belo Horizonte: Editora leitura, 2009.

ROUANET, Sergio Paulo. *Os Choques da Civilização*. Mais! 3 de outubro de 2004, São Paulo, p. 11-13.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHNEIDER, Raquel Elisabete Finger; TOROSSIAN, Sandra Djambolakdijan. Contos de fadas: de sua origem à clínica contemporânea. *Psicol. Ver.* vol. 15. n. 2. Belo Horizonte: 2009.

SHOWALTER, Elaine. *A crítica Feminista no Território Selvagem*. In: *Tendências e Impasses: O Feminismo como Crítica da Cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SILVA, Tomas Tadeu da. *Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva (org) Stuart Hall, Kathryn Woodward*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOUZA, Fernanda Ferreira de. O ato criativo de Virgínia Woolf em *Mrs. Dalloway*. *Interletras Unigran*, Campo Grande, v. 2, n. 4. 2006.

STRAUSS, Claude Lévi. *Antropologia Estrutural Dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. *Literatura e Gênero: A construção da identidade feminina*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006.

ZOLIN, Lucia Osana. Desconstruindo a opressão: a imagem feminina em *A república dos sonhos*, de Nélida Piñon. Maringá: Eduem, 2003. Disponível em: http://obviousmag.org/archives/2011/01/a_literatura_da_distopia.html. Acesso em 08/02/2015.

_____. Tendência do feminismo crítico. In: ZOLIN, Lucia Osana. Desconstruindo a opressão: A imagem feminina em *A República dos sonhos*, de Nélida Piñon. Maringá: EDUEM, 2003.